

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

MARCUS LÁZARO DOS SANTOS OLIVEIRA

O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE NO PERÍODO DE 1964 A 1967:  
uma análise sob a perspectiva das disputas por recursos hídricos

Rio de Janeiro

2020

MARCUS LÁZARO DOS SANTOS OLIVEIRA

O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE NO PERÍODO DE 1964 A 1967:  
uma análise sob a perspectiva das disputas por recursos hídricos

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Marcelo Marcel Félix

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2020

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por proporcionar-me saúde e sustento para dedicar considerável esforço nesta longa e desafiadora jornada de pesquisa e estudo.

À minha amada esposa Danielle, que não só manteve a firme estabilidade e harmonia do nosso lar, como também foi a maior incentivadora e apoiadora deste trabalho. Não há palavras que expressem o amor e a gratidão que tenho por você. Muito obrigado!

Aos meus filhos Laura, Catarina e Bento, manifesto igualmente meus agradecimentos pela paciência e compreensão por todos os momentos que os privei de minha companhia. Vocês são minha maior inspiração!

Ao meu orientador, CF Marcelo Marcel Félix, agradeço pelos valiosos ensinamentos transmitidos, sempre de maneira amigável e cortês. Suas precisas orientações foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Ao CF (RM-1) Ohara Barbosa Nagashima, agradeço a forma entusiasmada que nos ensinou a disciplina de Metodologia, convidando-nos a evoluir do senso comum para o saber científico.

Aos amigos da Turma Almirante Maximiano e demais amigos que compõem a Turma CEMOS 2020, agradeço toda a amizade e as dicas compartilhadas. Em particular, destaco o meu grande amigo, CC Guilherme Santos, que, a despeito de ter a sua própria pesquisa para concluir, contribuiu decisivamente na revisão final do texto deste trabalho.

À Escola de Guerra Naval, por meio de sua direção, corpo docente e administração que, em meio a uma situação inédita de pandemia, não mediram esforços para a manutenção do curso.

Por fim, agradeço a meus pais, Oliveira e Charmayne, por todo amor e carinho dedicados na minha criação, despertando em mim, desde novo, o desejo de aprender. Vocês sempre serão o principal exemplo de caráter para mim. Muito obrigado por tudo.

“Sem o controle das fontes de água não podemos realizar o sonho sionista.”

(Levi Eshkol, Primeiro-Ministro de Israel de 1963 a 1969)

## RESUMO

O propósito da pesquisa é verificar as particularidades do conflito árabe-israelense, com foco nas disputas por recursos hídricos, utilizando um recorte da região que abrange a bacia do rio Jordão, no período compreendido entre 1964 e 1967, com destaque para a Guerra dos Seis Dias, ocorrida em junho de 1967. Ressalta-se que a relevância da pesquisa reside na possibilidade de despertar no leitor o interesse pelo tema da questão hídrica, principalmente porque o Brasil atualmente possui as maiores reservas mundiais de água doce. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Tal opção foi feita para que se respondesse à seguinte questão de pesquisa: como as disputas por recursos hídricos influenciaram o conflito árabe-israelense entre 1964 e 1967? De modo a refletir sobre este questionamento, utilizando a Teoria da Guerra por Recursos de Michael T. Klare (2001) e os conceitos atinentes à escassez hídrica de Brahma Chellaney (2013), buscou-se compreender a importância dos recursos hídricos nas disputas geopolíticas entre os Estados que são alcançados pela bacia do rio Jordão, no Oriente Médio. Após o estudo e análise das interações entre árabes e israelenses dentro da moldura temporal do objeto, especialmente no conflito armado de junho de 1967, constatou-se o papel da água como causa imediata de incidentes menores na fronteira entre a Síria e Israel e como um fator catalisador para a Guerra dos Seis Dias.

Palavras-chave: Conflito árabe-israelense. Teoria da Guerra por Recursos. Escassez hídrica. Recursos hídricos. Guerra dos Seis Dias.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa mundial do estresse hídrico projetado para 2040 .....	55
Figura 2 – Mapa da bacia do rio Jordão .....	56
Figura 3 – Zonas desmilitarizadas entre Israel e Síria estabelecidas em 1949 .....	57
Figura 4 – Mapa com o <i>National Water Carrier</i> (NWC) de Israel .....	58
Figura 5 – As três frentes da Guerra dos Seis Dias .....	59
Figura 6 – Frente Sul (contra o Egito) .....	60
Figura 7 – Frente Central (contra a Jordânia) .....	61
Figura 8 – Frente Norte (contra a Síria) .....	62
Figura 9 – Mapa com as conquistas de Israel ao final da Guerra dos Seis Dias .....	63

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAU –	Comando Árabe Unificado
CSONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
EUA –	Estados Unidos da América
FAI –	Força Aérea Israelense
FDI –	Forças de Defesa de Israel
MIT –	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
NWC –	<i>National Water Carrier</i>
OLP –	Organização para Libertação da Palestina
ONU –	Organização das Nações Unidas
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZD –	Zona desmilitarizada

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2</b>	<b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEITUAL</b> .....	11
2.1	A Teoria da Guerra por Recursos .....	11
2.2	O problema da escassez hídrica .....	15
2.3	A situação hídrica dos Estados da bacia do rio Jordão .....	20
<b>3</b>	<b>AS RELAÇÕES ÁRABE-ISRAELENSES NO PERÍODO DE 1964 A 1967</b> .....	23
3.1	Antecedentes (1947 até 1963) .....	23
3.2	O período de 1964 até o final de 1966 .....	27
3.3	O ano de 1967 e a Guerra dos Seis Dias .....	32
3.4	O pós-conflito (até o final de 1967) .....	38
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DAS RELAÇÕES ÁRABE-ISRAELENSES SEGUNDO OS CONCEITOS TEÓRICOS APRESENTADOS</b> .....	41
4.1	A Teoria da Guerra por Recursos e o conflito árabe-israelense.....	41
4.2	O acesso aos recursos hídricos como fator motivador dos conflitos.....	43
4.3	O acesso aos recursos hídricos como catalisador do conflito.....	45
4.4	O acesso aos recursos hídricos como objetivo estratégico do conflito.....	47
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	50
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53
	<b>ANEXOS</b> .....	55

# 1 INTRODUÇÃO

Dentre as inúmeras definições conhecidas para Geopolítica, podemos destacar que “a Política feita em decorrência das condições geográficas ou estabelecida com base ou fundamento nos fatores geográficos é Geopolítica” (TOSTA, 1984, p. 33).

A água é um elemento vital para a sobrevivência humana. Segundo o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2020, os últimos cem anos testemunharam um aumento do consumo mundial de água em mais de 500%, impulsionado pelo crescimento populacional e pela modificação dos hábitos de uso. Outrossim, as mudanças climáticas possuem o potencial de impactar a disponibilidade de água doce para a humanidade nos próximos anos<sup>1</sup>.

A existência de recursos hídricos, preliminarmente sob a forma de rios e lagos<sup>2</sup>, constitui-se em condições ou fatores geográficos de um Estado, de modo que os recursos hídricos e a Geopolítica dos Estados estão, por definição, correlacionados.

Posto isso, ressaltamos que o objeto de estudo deste trabalho está inserido no conflito árabe-israelense. Esta escolha se justifica por dois motivos que se revelam pertinentes: ao longo do século XX, principalmente após a criação do Estado de Israel, em 1947, esse conflito ganhou uma relevância geopolítica destacada, em face das diversas questões que o cercam e do nível de beligerância apresentado; e a região do Oriente Médio, onde se desenrolam os principais movimentos geopolíticos entre aqueles oponentes, é, reconhecidamente, caracterizada como uma localidade árida e, conseqüentemente, carente de recursos hídricos.

O objeto da pesquisa encontra-se situado, especificamente, na moldura temporal entre 1964 e 1967, e no contexto geográfico da bacia do rio Jordão. Naquele período, disputas

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372882\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372882_por)>. Acesso em: 12 jul. 2020.

<sup>2</sup> Detalharemos o conceito de recursos hídricos no segundo capítulo.

hídricas entre o Estado de Israel e os Estados Árabes, notadamente a Síria e a Jordânia, foram uma realidade constante e podem ter contribuído para o acirramento das tensões já existentes. O evento culminante nesse período foi o conflito armado denominado de a Guerra dos Seis Dias (1967), que, além desses três Estados, envolveu também o Egito. Esta guerra, dada a importância de suas consequências para a atual situação geopolítica da região, é considerada como um “divisor de águas na história da Palestina” (MAGNOLI, 2004, p. 321).

Desse modo, o presente trabalho tem o propósito de verificar as particularidades do conflito árabe-israelense, com foco nas disputas por recursos hídricos, utilizando um recorte da região que abrange a bacia do rio Jordão, no período compreendido entre 1964 e 1967, com destaque para a Guerra dos Seis Dias, ocorrida em junho de 1967.

Para alcançar esse propósito, partiremos da seguinte pergunta central: como as disputas por recursos hídricos influenciaram o conflito árabe-israelense entre 1964 e 1967? Além dessa questão, buscaremos responder, ainda, a outras duas indagações adicionais, explorando o exame do objeto: como a busca pelo acesso às águas do rio Jordão precipitou a Guerra dos Seis Dias? Os recursos hídricos foram objetivos político-estratégicos estabelecidos por Israel durante a Guerra dos Seis Dias?

O desenho empregado neste trabalho será o estudo de caso, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental<sup>3</sup>. Em face do caráter das questões que serão respondidas na conclusão, optamos por não estabelecer hipóteses a serem testadas.

A estrutura do texto contará com cinco capítulos. O primeiro é esta introdução. No segundo capítulo, abordaremos o conceitual teórico que utilizaremos para análise do caso estudado, com destaque para a Teoria da Guerra por Recursos. Nele ainda explicaremos matérias relacionadas às questões hídricas e descreveremos a situação do Oriente Médio, especificamente da bacia do rio Jordão, no que tange aos recursos hídricos. No terceiro capítulo,

---

<sup>3</sup> As fontes documentais utilizadas nesta pesquisa consistiram, principalmente, nas Resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas afetas ao período estudado.

realizaremos o estudo do conflito árabe-israelense no período de 1964 a 1967, seus antecedentes e, particularmente, os seis dias do conflito armado de junho de 1967. Já no quarto capítulo, realizaremos uma análise do caso à luz da teoria apresentada, a fim de detalharmos as observações da pesquisa. Finalmente, faremos uma conclusão, com o desfecho do estudo, na qual, baseados nos argumentos apresentados nos capítulos precedentes, pretendemos responder às questões da pesquisa.

Sublinhamos que a motivação inicial deste trabalho partiu de uma reflexão sobre a posição do Brasil no tocante à posse de recursos hídricos. Atualmente, ocupamos a primeira colocação em termos de reservas de água doce no mundo, totalizando 8.233 bilhões de metros cúbicos renováveis anuais (CHELLANEY, 2013). Em que pese a relativa situação favorável ao Estado Brasileiro, o contexto de escassez cada vez mais intensa pode levar outros Estados a, de algum modo, adotarem uma postura agressiva em relação às nossas reservas desse bem tão valioso.

Por conseguinte, passaremos ao segundo capítulo, em que realizaremos o enquadramento teórico e conceitual necessário para a análise apropriada do caso concreto que será estudado.

## 2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEITUAL

Este capítulo está dividido em três seções e nele temos a intenção de identificar a fundamentação teórica e conceitual que será utilizada para examinar o objeto selecionado para a pesquisa. Inicialmente, explicaremos a Teoria da Guerra por Recursos de Michael T. Klare (1942-), Professor Emérito do *Five-College Program in Peace and World Securities Studies* do *Hampshire College*<sup>4</sup>. Em seguida, reconheceremos os aspectos inerentes à escassez hídrica e aos impactos atrelados a ela, utilizando como principal referência, mas não única, a obra de Brahma Chellaney (1962-), Professor de Estudos Estratégicos do *Center for Policy Research* em Nova Délhi – Índia<sup>5</sup>. Na terceira seção, por fim, descreveremos a situação dos recursos hídricos na região da bacia hidrográfica do rio Jordão, de modo a, preliminarmente, iniciarmos a conexão entre os conceitos enumerados e o caso concreto.

Cabe nesse momento sublinhar que objeto selecionado neste trabalho é anterior aos conceitos teóricos a seguir enumerados, o que, de modo algum, interfere no alcance do propósito da pesquisa. Os eventos do passado contribuem para a formulação das teorias no presente que, por sua vez, permitem observar o passado sob outro ponto de vista, conduzindo a novas deduções, algumas vezes, interessantes. Isso posto, trataremos a seguir da Teoria da Guerra por Recursos.

### 2.1 A Teoria da Guerra por Recursos

Michael Klare (2001) realiza uma análise da realidade contemporânea e da importância dos recursos naturais como expressão do poder dos Estados. Segundo Klare (2001),

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://michaelklare.com/>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.theguardian.com/profile/brahma-chellaney>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

graças ao crescimento populacional da humanidade, a procura por recursos, como alimentos, energia, minerais e água, está aumentando de modo insustentável. A expansão da industrialização e o conseqüente aumento da riqueza contribuem, de modo semelhante, para a ampliação desta demanda por insumos, pois o aumento da produção acarreta o crescimento do consumo das *commodities* necessárias a essa produção. Soma-se a isso o fato de que a oferta de muitos desses recursos é limitada. Essa limitação decorre de uma renovação lenta ou, numa situação pior, quando o recurso é não-renovável (KLARE, 2001).

Se, por um lado, há uma demanda em expansão por recursos e, por outro lado, tem-se a diminuição da oferta, chegamos a uma equação que não possui uma solução simples. A limitação da oferta de recursos associada à demanda crescente conduz mais rapidamente a um quadro de escassez.

Essa constatação é corroborada por Kasymov<sup>6</sup> (2011), quando ele afirma que a intensidade e o número de conflitos por recursos naturais aumentaram sobremaneira com o tempo, devido ao crescimento da população e do número de Estados.

Nesse cenário de incremento de demanda e de redução de oferta, cresce a importância de garantir o acesso aos recursos naturais. Os recursos naturais são a segunda fonte de poder natural, com a capacidade de reduzir ou ampliar o poder geográfico, primeira fonte de poder natural de um Estado (MINGST *et al.*, 2014). Os Estados, principais atores do sistema internacional, envidarão esforços e sacrifícios para alcançar a posse dos recursos, ou seja, poderão entrar em conflito.

Klare (2001) afirma que o fato de várias das principais fontes dos recursos serem compartilhadas por dois ou mais Estados aumenta o risco de conflito pela redução da oferta desses recursos. Muitos deles são encontrados em regiões fronteiriças ou ainda em zonas

---

<sup>6</sup> Shavkat Kasymov é um Advogado e Analista de Relações Internacionais, Mestre em Estudos Internacionais pela Universidade de Notre Dame, Indiana (EUA). Disponível em: <<https://nsuworks.nova.edu/pcs/vol18/iss2/5/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

econômicas exclusivas que são contestadas. Há, ainda, outras questões que podem, junto com a disputa por recursos escassos entre Estados, potencializar a ameaça de conflitos, como rivalidades étnicas, religiosas, ideológicas ou culturais (KLARE, 2001).

Observamos que a natureza não está comprometida com as fronteiras políticas estabelecidas pelos Estados, de modo que o aumento do risco de conflito é ainda maior quando os recursos são compartilhados por Estados que já possuem dissensões prévias.

Para Chellaney (2013), diferentemente do que teorizou Samuel Huntington<sup>7</sup>(1927-2008), que os choques culturais entre diferentes civilizações seriam a principal causa de conflitos no nosso tempo, as guerras, possivelmente, serão desencadeadas pela obtenção da garantia de acesso a bens cada vez mais exíguos. As guerras por recursos seriam esses conflitos que teriam como principal objetivo a procura ou a propriedade de recursos escassos (KLARE, 2001).

Chellaney (2013) desenvolve o pensamento de Klare, ao afirmar que ele, em sua obra, presumiu que três fenômenos contribuem, em conjunto, para provocar ou, ao menos, estimular as lutas e conflitos de poder. São eles: a crescente demanda por recursos naturais finitos, a escassez desses recursos e as disputas geopolíticas por domínios.

Enquanto, normalmente, os conflitos são anunciados como lutas por liberdade, ideologias, cultura, religião, entre outros, muitas vezes a busca por recursos consiste na motivação mais profunda para as disputas de poder. A posse dos recursos representa, antes desses outros fatores, a garantia da sobrevivência.

Em virtude do que foi mencionado, podemos caracterizar a Teoria da Guerra por Recursos como uma relação de equilíbrio entre a necessidade de recursos naturais, o acesso a

---

<sup>7</sup> Samuel P. Huntington (1927-2008) foi um cientista político norte-americano que atuou como estrategista durante a Guerra do Vietnã (1955-1975) e ganhou notoriedade ao publicar o artigo intitulado “Choque das civilizações” em 1993, no qual expôs sua teoria de que as fontes dos conflitos dos nossos dias seriam de ordem cultural, isto é, não seriam motivados por questões ideológicas ou econômicas. Para ele, a humanidade é composta por oito civilizações principais, e os conflitos de maior intensidade encontram-se justamente nos choques dessas civilizações (VESENTINI, 2012).

tais recursos e o poder, e na maneira como esses fatores influenciam-se mutuamente. Ou seja, à medida que um Estado alcança mais poder, mais ele demanda e mais precisa ser sustentado em termos de recursos naturais; ao ser suprido, o Estado cresce mais, alcançando maior poder e necessitando de mais recursos. Sobrevém que a demanda é crescente, mas os recursos são finitos. Desse modo, as disputas pelo poder, aqui representado pela posse do recurso, levam ao conflito entre Estados.

Quando analisamos recursos naturais finitos e necessários para crescimento dos Estados e a possibilidade de conflitos, somos inclinados a observar a geopolítica do petróleo, por ser o petróleo um recurso hoje ainda imprescindível para manutenção dos níveis de desenvolvimento das sociedades. Entretanto, é bastante razoável reconhecermos que a água também possa promover choques em regiões com suprimentos escassos e disputados (KLARE, 2001). Para muitos Estados, a água é uma preocupação ainda maior do que as reservas de petróleo e de gás natural (KLARE, 2001).

Sobre a água como recurso natural, Chellaney (2013) afirma que os litígios relacionados a cursos de água<sup>8</sup> comuns podem atuar como uma causa imediata para eclosão de conflitos que estão latentes em face de outras questões mais profundas.

Sendo assim, temos que a água, como recurso natural compartilhado entre dois ou mais Estados adversários, constitui um fator relevante na eventual ocorrência de disputas bélicas entre esses Estados. Sob uma segunda ótica, em um contexto no qual a água não seja o principal motivo para a eclosão do conflito, ela pode, ainda assim, servir como fator estimulante ou potencializador desse embate.

Desse modo, precisamos examinar as questões relacionadas à escassez hídrica, sob o argumento de que essa escassez consiste em um dos fatores na relação de equilíbrio que

---

<sup>8</sup> Cursos de água correspondem a sistemas de águas subterrâneas e superficiais que correm para um mesmo espaço geográfico, como rios, riachos, lagos e aquíferos, em face da relação física entre essas águas (CHELLANEY, 2013).

caracteriza a Teoria da Guerra por Recursos.

## 2.2 O problema da escassez hídrica

Nesta seção, abordaremos os tópicos relativos à escassez hídrica e as implicações decorrentes desse problema, enfrentado em muitas partes do nosso planeta.

“A era de ouro da água segura, barata e facilmente disponível chegou ao fim na maior parte do mundo, substituída por uma nova era de crescentes restrições de oferta e qualidade” (CHELLANEY, 2013, p. xi, tradução nossa)<sup>9</sup>. Essa afirmação alerta para as mudanças em curso no mundo, que conduzem os recursos hídricos<sup>10</sup> ao protagonismo na pauta das relações internacionais e das disputas geopolíticas. Atualmente, mais de 20% da população mundial não tem acesso direto à água própria para o consumo, incluindo nesta estatística os serviços de saneamento (CHELLANEY, 2013). Em outros termos, o problema da oferta de água não se limita apenas à quantidade, mas também à qualidade desse bem.

Quanto a essa situação de escassez, Klare (2001) expõe que, a despeito da enorme quantidade de massa líquida existente na terra, menos de 3% dela corresponde a água doce, sendo que parcela considerável está nas geleiras e calotas polares. O montante disponível, de aproximadamente 12.000 quilômetros cúbicos, já tem sua metade apropriada para consumo humano. Desse modo, o estresse hídrico<sup>11</sup> tende a se alastrar e se agravar, levando muitas

<sup>9</sup> No original: “*Yet the golden age of safe, cheap, and easily available water has come to an end in most parts of the world, replaced by a new era of increasing supply and quality constraints.*”

<sup>10</sup> Aqui, já podemos depreender que, no presente trabalho, os recursos hídricos de uma determinada região correspondem ao montante de água doce disponível para o consumo e sobrevivência dos habitantes daquela região; a água doce está distribuída pelos rios, lagos, canais, entre outros (PEREIRA JUNIOR, 2004).

<sup>11</sup> Estresse hídrico consiste num estágio anterior à condição de escassez hídrica, quando o nível de tensão em virtude da competição pelos recursos hídricos ameaça as condições de suprimento de água. Quantitativamente, há estresse hídrico quando uma quantidade inferior a 1.700 metros cúbicos de água doce está disponível por pessoa por ano (CHELLANEY, 2013).

regiões ao estado de escassez hídrica<sup>12</sup> (CHELLANEY, 2013).

O fato de mais de três quartos da superfície da Terra serem cobertos por massa líquida não significa que a água potável seja um recurso abundante para todas as regiões e todos os indivíduos. Outrossim, os dados anteriormente mencionados evidenciam dois itens que são abordados na Teoria da Guerra por Recursos e que, nessa análise, estão atrelados à água: aumento da demanda e diminuição da oferta.

Essa água doce possui uma característica singular, que a diferencia dos outros recursos naturais. Conforme destaca Chellaney (2013), ela não possui recursos equivalentes, o que lhe confere ainda mais valor numa visão de longo prazo. Todos precisam da água, independentemente de escolha; ela consiste em um bem básico a qualquer comunidade, aquilo que podemos enquadrar como um bem comum ou um bem social (PETRELLA, 2002).

Podemos afirmar, então, que uma característica marcante dos recursos hídricos é a ausência de bens substitutos conhecidos. Assim, à água não se aplica o pensamento de Lester C. Thurow<sup>13</sup> (1938-2016), que defendera a relativização da importância da posse de recursos naturais, principalmente, em virtude dos avanços tecnológicos, que não somente reduzem o uso dos recursos naturais na produção dos bens industrializados, mas, também, facilitam o processo de transporte desses recursos das localidades onde são encontrados para as localidades onde são utilizados (THUROW, 1997). Tal condição confere uma importância superior à água quando comparada com outros recursos, como o petróleo, por exemplo.

Cabe, neste momento, uma observação importante. Chellaney (2013) aponta que os recursos hídricos renováveis de uma área são o resultado da diferença entre a quantidade provocada pelas chuvas e pelos fluxos dos rios recebidos e a quantidade perdida por

<sup>12</sup> Em termos quantitativos, uma região encontra-se no estágio de escassez hídrica quando há disponível menos de 1000 metros cúbicos de água doce por pessoa por ano, nessa região. Em termos práticos, o fornecimento de água doce já não é capaz de suprir a necessidade daquela sociedade (CHELLANEY, 2013).

<sup>13</sup> Lester C. Thurow foi um renomado professor de Economia do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) por mais de quarenta anos. Autor de vários livros, dentre eles a obra “O Futuro do Capitalismo”, na qual ele fez uma análise das forças econômicas, políticas e sociais que, segundo a visão dele, conformam as transformações geopolíticas do mundo contemporâneo (VESENTINI, 2012).

evapotranspiração<sup>14</sup>, que é função do clima dessa área. Ou seja, como já sabemos, a água é um recurso natural renovável. Sua escassez, assim, não deveria se agravar. Contudo, as mudanças climáticas em curso atualmente em nosso planeta, possivelmente, reduzirão a oferta de água doce para consumo da humanidade. Sobre esse quadro, o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2020 declara que as mudanças climáticas afetarão a disponibilidade, a qualidade e a quantidade de água que atendem às necessidades humanas básicas, ameaçando os direitos humanos de bilhões de pessoas a usar efetivamente a água e o saneamento.<sup>15</sup>

Desse modo, o grau de escassez da água poderia ser indicado como um aspecto condicionante para ocorrência de eventuais crises ou conflitos, dado que, em uma situação de abundância de recursos hídricos, espera-se que não ocorram disputas atreladas ao acesso ou à posse da água. Quanto mais escasso for um recurso necessário, mais valor ele terá.

Dentro desse cenário de escassez hídrica, conforme descrito nos parágrafos anteriores, examinemos as questões geopolíticas decorrentes. Kasymov (2011) observa que no mundo há 263 rios compartilhados internacionalmente: dentre eles, menos de um em cada cinco possui algum acordo internacional que contemple matérias relacionadas à gestão compartilhada ou à alocação de água. Ademais, conforme aponta Aaron T. Wolf<sup>16</sup> (1998), o direito internacional que regula a gestão da água é pouco desenvolvido e paradoxal.

Com isso, a distribuição desigual das quantidades de água, um fenômeno natural, é ampliada pelas práticas unilaterais de desvio de água (KASYMOV, 2011). Verificamos, ainda, que tais práticas unilaterais reforçam a importância do acesso à água, considerado, inclusive,

<sup>14</sup> No contexto analisado, corresponde ao processo em que a água em estado líquido se transforma em vapor, tanto pelo processo de evaporação, a partir do solo ou da superfície das plantas, como pela perda por transpiração das folhas (CHELLANEY, 2013).

<sup>15</sup> Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372882\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372882_por)>. Acesso em: 12 jul. 2020.

<sup>16</sup> Aaron T. Wolf (1960-) é professor do *College of Earth, Ocean, and Atmospheric Sciences*, na *Oregon State University* (EUA). Sua pesquisa está baseada no relacionamento entre a ciência da água e a política da água, e a importância dessa relação para a prevenção e resolução de conflitos. Disponível em: <<https://islandpress.org/author/aaron-t-wolf>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

item de segurança nacional pelos Estados que adotam tais práticas unilaterais (GLEICK, 1993).

As evidências apontadas têm o potencial de agravar as eventuais rivalidades estratégicas relacionadas ao acesso e à posse da água, que seriam resultado, dentro da Teoria da Guerra por Recursos, de quatro fatores principais: nível de escassez, compartilhamento do abastecimento de água entre Estados, poder relativo desses Estados e acesso a fontes de água doce alternativas (GLEICK, 1993).

Adicionalmente, notamos uma crescente hidropolítica<sup>17</sup> na atuação dos Estados em face do espalhamento mundial do estresse hídrico, o que indica o aumento do risco de segurança internacional (CHELLANEY, 2013). Constatamos que, ao perceber a inevitável expansão mundial do estresse hídrico, ou mesmo da escassez hídrica, os Estados iniciam movimentos geopolíticos que permitem a redução dos impactos dessa escassez. Tais movimentos, eventualmente, levam ao choque de interesses e, em última análise, a conflitos armados.

Em uma avaliação histórica, Chellaney (2013) afirma que a escassez hídrica combinada com outras fontes de conflito, como disputas territoriais, questões étnicas, divergências religiosas, degradação ambiental e instituições fracas, tem alimentado conflitos, como sinaliza a experiência. Kasymov (2011) reforça esse conceito, dizendo que, caso não sejam adotadas medidas adequadas de precaução, a escassez de água incentivará desentendimentos entre Estados e fomentará guerras hídricas.

Por outro lado, Barnaby<sup>18</sup> (2009) defende que os Estados tendem a solucionar sua falta de água através do comércio e de acordos internacionais; para tanto, ela destaca que, no período de 1948 a 1999, o número de tratados de cooperação sobre a água superaram consideravelmente o número de conflitos sobre a água, em especial as disputas violentas. Wolf

<sup>17</sup> Nesse sentido, podemos definir hidropolítica como o termo usado para designar dinâmicas multissetoriais, cooperativas ou de conflitos, que decorrem da interdependência estabelecida entre os atores que afetaram ou são afetados, até certo ponto, pelo uso de recursos hídricos compartilhados (QUEIROZ, 2012).

<sup>18</sup> Wendy Barnaby é Professora de Comunicação Científica no *Imperial College London*. No período de 2001 a 2014, ela foi editora da revista *People & Science*, que é publicada pela Associação Britânica de Ciência. Disponível em: < <https://wendybarnaby.com/>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

(1998) corrobora esse pensamento, afirmando que, embora a carência de água doce seja uma fonte de instabilidade, o número de casos de resolução de litígios sobre a água é bem superior ao de conflitos. Ele também complementa esse posicionamento mais inclinado ao uso cooperativo da água, ao assinalar que não há registro, desde que as cidades de Lagash e Umma combateram em 2.500 a.C., na bacia do Tigre-Eufrates<sup>19</sup>, de Estados entrarem em guerra, exclusivamente, por recursos hídricos (WOLF *et al.*, 2005).

Em que pese uma maior incidência histórica de processos cooperativos, comparativamente aos processos conflituosos relacionados às disputas por recursos hídricos, este trabalho pretende analisar o fenômeno conflituoso, devido à capacidade que os conflitos possuem de impactar a situação de equilíbrio de poder existente no sistema internacional. Ademais, conforme já descrito anteriormente, não podemos negar que o crescimento populacional continua e, conforme exprime Gleick (1993), uma vez que as populações em crescimento demandem por mais água para o desenvolvimento industrial, agrícola e econômico, os conflitos continuarão e, em alguns lugares, se intensificarão.

As regiões mais propensas a disputas relacionadas à demanda por recursos hídricos normalmente serão aquelas onde esses são mais escassos. Atualmente, podemos enumerar as seguintes regiões que passam por escassez hídrica: a porção oeste da América do Norte, o noroeste da América do Sul, o extremo-norte e centro-sul da África, a porção ocidental, norte e sul da Ásia e o sudeste da Austrália (FIG. 1, ANEXO A). Entretanto, é no Oriente Médio que podemos identificar a situação mais crítica, bem como aquela região é caracterizada pela ocorrência de vários conflitos, derivados de outras rivalidades de cunho histórico, étnico, religioso e cultural.

<sup>19</sup> Lagash e Umma foram duas cidades sumérias localizadas no sul do atual Iraque. Em 2.500 a.C. as duas cidades travaram uma guerra pela região fértil de Gu'edina, localizada entre as duas cidades e irrigada pelos rios Tigre e Eufrates. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/pilar-decifrado-historia-guerra-fronteira-antiga.phtml>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

### 2.3 A situação hídrica dos Estados da bacia do rio Jordão

O Oriente Médio é uma região de grande relevância geopolítica, caracterizada, principalmente, pelas diversas disputas ideológicas, religiosas e territoriais, além de possuir grandes reservas de petróleo. Outrossim, é uma região extremamente árida e, conseqüentemente, com escassez hídrica, conforme assinala Gleick (1993).

Mais especificamente, a área ocupada por Israel e pela Jordânia, juntamente com a Cisjordânia, é árida ou semiárida. Conforme retrata Klare (2001), a água é escassa naquela região: em 1990, o abastecimento de água renovável de Israel era de somente 467 metros cúbicos por pessoa e o da Jordânia era ainda menor – apenas 224 metros cúbicos. A utilização de aquíferos subterrâneos e a reciclagem são medidas utilizadas para tentar amenizar a escassez hídrica, mas a maximização do uso do rio Jordão é imprescindível para ambos os Estados.

Nesse contexto, identificamos a área geográfica que corresponde ao objeto deste trabalho, qual seja a região da bacia do rio Jordão, caracterizada como uma região de extrema aridez e, conseqüentemente, escassez de recursos hídricos, representados, basicamente, por aquele rio e seus afluentes, conforme descritos a seguir.

O rio Jordão, que dá nome à bacia, tem sua nascente no Líbano, mais especificamente nas encostas do Monte Hermon. O rio corre de norte a sul por 223 Km, desaguando no mar Morto. Ele é formado pela confluência de outros três rios, que são: o rio Hasbani, cuja nascente se encontra no setor ocidental do Monte Hermon no Líbano; o rio Dan, que surge do extremo norte de Israel; e o rio Banias, que se origina nas Colinas de Golã. A reunião desses três rios ocorre já no interior do território israelense. O Baixo Jordão, por sua vez, tem como entrada principal a saída do mar da Galileia<sup>20</sup> e do rio Yarmouk, que é o seu

---

<sup>20</sup> O mar da Galileia também é conhecido como lago Tiberíades.

maior afluente<sup>21</sup> (FIG. 2, ANEXO B). Os Estados ribeirinhos ao Jordão são Israel, Jordânia, Síria e Líbano, além do território da Cisjordânia. Tais Estados encontram-se em condição de estresse hídrico ou mesmo em situação de escassez hídrica. Existem também aquíferos em algumas localidades, que servem como fontes de água potável. Os mais conhecidos encontram-se na Cisjordânia, ao norte de Jerusalém, e na Faixa de Gaza. Apesar da existência desses aquíferos, o rio Jordão é a principal fonte de recursos hídricos naquela região.

Particularmente, o rio Jordão não é um rio comprido ou caudaloso para os padrões mundiais. Sua vazão é ínfima quando comparada com a de outros rios, como o Nilo ou o Congo. Ele também sofre de forte salinidade, principalmente onde se esvazia no mar Morto. Entretanto, Klare (2001) ressalta que o rio Jordão e seus afluentes fornecem grande parte da água consumida por Israel e pela Jordânia, sendo, desse modo, primordial para os engendrados projetos de irrigação empreendidos por israelenses e jordanianos. A bacia do Jordão, destaca Gleick (1993), é compartilhada por Estados antagônicos, como Israel, Síria, Jordânia e Líbano, e há poucas e pequenas fontes alternativas de água doce. Ademais, trata-se de uma região que observou um crescimento populacional acentuado após a criação do Estado de Israel (1947), como forma, inclusive, de fortalecer a legitimidade israelense na região (BLAINEY, 2010).

Podemos identificar naquele espaço geográfico, portanto, vários elementos que nos permitem analisá-lo sob a ótica da Teoria da Guerra por Recursos, considerando a situação de escassez hídrica: recursos hídricos escassos, demanda em crescimento, fontes de água compartilhadas por Estados adversários e disputas geopolíticas com motivações diversas, como diferenças étnicas, questões religiosas e rivalidades históricas.

Klare (2001) ainda salienta que a busca pelo controle do rio Jordão e seus afluentes, desde o estabelecimento do Estado de Israel, em 1948, fora motivo de crises e mesmo de conflitos. Kasymov (2011) complementa, reiterando que as tensões políticas entre israelenses e

<sup>21</sup> Disponível em: <[https://waterinventory.org/surface\\_water/jordan-river-basin](https://waterinventory.org/surface_water/jordan-river-basin)>. Acesso em: 05 jul. 2020.

árabes são agravadas pela distribuição irregular das águas da bacia do Jordão.

Chellaney (2013) vai além, ao alegar que o projeto sírio de desvio dos fluxos dos rios Baniyas e Hasbani, com apoio dos demais Estados árabes, foi o fator responsável pelos ataques aéreos de Israel e, em consequência, adiantou a chamada Guerra dos Seis Dias.

Por fim, no tocante à bacia do rio Jordão, verificamos que Estados inimigos compartilham da mesma fonte de recursos hídricos escassos, caracterizando um cenário propício à ocorrência de conflitos motivados pela água ou, ao menos, tendo a água como um fator de considerável relevância. Em particular, identificamos a Guerra dos Seis Dias e os anos que a antecederam, a partir de 1964, como um caso de interesse para a análise dos conceitos atrelados à guerra por recursos e à escassez hídrica. Estudaremos esse caso concreto no próximo capítulo.

### **3 AS RELAÇÕES ÁRABE-ISRAELENSES NO PERÍODO DE 1964 A 1967**

Neste capítulo, estudaremos o conflito árabe-israelense sob o prisma da questão hídrica. Para tal, escolhemos a moldura temporal compreendida entre os anos de 1964 e 1967, por identificar, naquele período, durante a pesquisa, elementos que permitem realizar uma análise razoável do caso concreto por meio do arcabouço teórico adotado.

Utilizaremos, a seguir, uma linha cronológica dos fatos para abordar as interações entre israelenses e árabes, à luz da disputa por recursos hídricos. Inicialmente, relataremos, na primeira seção, os principais eventos relevantes que antecederam o período do objeto. A segunda seção cobrirá o período de 1964 até o final de 1966; a terceira, do início de 1967 até o fim da Guerra dos Seis Dias, em junho do mesmo ano; e a quarta seção, os eventos imediatamente subsequentes ao conflito.

#### **3.1 Antecedentes (1947 até 1963)**

Quando observamos o conflito árabe-israelense e o emaranhado das diferentes motivações que o cerca, remontamo-nos a 1917, ano da Declaração Balfour<sup>22</sup>. Todavia, para compreensão da matéria em análise, considerando sua moldura temporal, adotaremos como período antecedente aquele que começa em 1947, estendendo-se até 1963.

Naquele ano, a Resolução 181<sup>23</sup> da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a criação do Estado de Israel e de um Estado Palestino. Em consequência, israelenses e árabes entraram em guerra no ano seguinte, e dessa guerra os israelenses saíram

<sup>22</sup> A Declaração Balfour foi a declaração do governo britânico em apoio ao projeto sionista de criar um Estado nacional judeu na Palestina. Tem este nome porque o então Ministro do Exterior Britânico, Arthur James Balfour (1848-1930), fora o autor do documento (MAGNOLI, 2006).

<sup>23</sup> Disponível em: <[https://undocs.org/en/A/RES/181\(II\)](https://undocs.org/en/A/RES/181(II))>. Acesso em: 05 jul. 2020.

vencedores (BRANCO, 2012). Foram estabelecidas zonas desmilitarizadas (ZD) entre Israel e Síria (FIG. 3, ANEXO C), porém os acordos de armistício nada versavam sobre o uso compartilhado da bacia do rio Jordão e o clima de hostilidade reinante levou os Estados a adotarem iniciativas unilaterais para uso dessas águas (HADDADIN, 2002).

Dentro dessa perspectiva, Israel, a partir de 1950, iniciou a elaboração do *Plano Todo Israel*, cujo propósito final era desviar as águas do rio Jordão para irrigar as planícies costeiras e o deserto do Negev. Para alcançar esse desígnio, o plano concebia a drenagem do pântano de Huleh, o desvio do rio Jordão e a construção do *National Water Carrier* (NWC) (FIG. 4, ANEXO D). A drenagem do pântano contrariava uma ZD entre Israel e Síria, ocasionando o protesto desta última junto à ONU, além de provocações entre os dois Estados. A ONU permitiu que Israel prosseguisse com o projeto, entretanto, em relação à localização do desvio do rio Jordão, os protestos sírios foram acatados em 1953 pela ONU, que determinou a interrupção dos trabalhos. Israel cumpriu a resolução após a ameaça norte-americana de cortar o apoio financeiro para as obras. Nesse sentido, foi escolhido, mais tarde, um ponto no mar da Galileia, como novo local de desvio do curso d'água (HADDADIN, 2002).

A Jordânia também realizou projetos para gerência dos recursos hídricos do rio Jordão. Primeiramente, o Plano MacDonald<sup>24</sup>, de 1950, propunha o desvio do rio Yarmouk para o mar da Galileia, que também serviria de reservatório para as águas de canais de irrigação, a serem construídos em ambos os lados do Jordão. Israel se opôs a esse intento, pois, caso ele entrasse em operação, interferiria nas iniciativas israelenses de desvio do rio Jordão para irrigar o deserto do Negev (HADDADIN, 2002).

Em 1952, um novo plano jordaniano conseguiria o apoio inicial das agências assistencialistas da causa palestina na ONU e a adesão da Síria para o compartilhamento das

---

<sup>24</sup> O plano recebeu este nome porque foi encomendado, em 1949, aos consultores britânicos *Sir* Murdoch MacDonald (1866-1957) *and Partners* (HADDADIN, 2002).

águas do rio Yarmouk. O Plano Bunger<sup>25</sup> previa a construção de barragens em Maqarin, no Yarmouk, e em Adasiyya, ligadas por um canal, e uma usina hidrelétrica. O plano atendia aos anseios técnicos e políticos jordanianos. Entretanto, Israel protestou junto ao Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) e à ONU, alegando que seus direitos de Estado ribeirinho ao Yarmouk, atinentes a 10 km do rio, não estavam sendo reconhecidos. Com isso, o projeto do Plano Bunger também não prosseguiu (HADDADIN, 2002).

Os planos sírios que, por sua vez, foram manifestados em 1951 e 1959, mas sem concretização, aludiam ao desvio do fluxo dos rios Hasbani e Banias. Tal desvio afetaria a oferta de água do rio Jordão para Israel (HADDADIN, 2002). A Síria tentaria efetivamente executá-lo a partir de 1964.

Naquele período, dois eventos afastados das questões necessariamente hídricas merecem destaque. Em 1954, após uma revolução iniciada ainda em 1952, Gamal Abdel Nasser (1918-1970) assumiu a liderança do Egito, vindo a se tornar oficialmente Presidente em 1956. Nasser tornar-se-ia a maior liderança do mundo árabe e principal símbolo do pan-arabismo<sup>26</sup>, sendo um grande opositor a Israel (MAGNOLI, 2006).

Também em 1954, a Guerra Fria (1947-1991) alcançava o Oriente Médio, com a mudança de postura da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) em relação àquela região. Os soviéticos deixaram de apoiar Israel, passando a favorecer somente os Estados Árabes (OREN, 2010). A retirada do apoio de Moscou levou Israel a estreitar, ainda mais, os fortes laços com os norte-americanos.

Os EUA, procurando um modo de diminuir as tensões e a influência soviética no Oriente Médio, identificaram na gestão compartilhada dos recursos hídricos uma possível via

---

<sup>25</sup> O plano recebeu este nome porque o engenheiro norte-americano Mills E. Bunger (1890-1961) foi o idealizador do projeto (HADDADIN, 2002).

<sup>26</sup> Movimento que identifica os povos do mundo árabe reunidos como uma nação, unidos por valores religiosos, cultura e origens históricas comuns. Opõe-se ao colonialismo e ao intervencionismo ocidental sobre o mundo árabe (PINTO, 2015).

para a conciliação entre Israel, Jordânia e Síria. Eric Johnston (1896-1963), da Agência de Cooperação Técnica dos EUA, foi nomeado representante especial para os Estados ribeirinhos, com o propósito de firmar, junto a israelenses e árabes, um plano abrangente de compartilhamento de água do Jordão (KLARE, 2001). O Plano Johnston (1953-1955), apesar de, inicialmente, ter obtido a adesão dos dois lados, terminou rejeitado pelo Conselho da Liga Árabe<sup>27</sup>. A rejeição, contudo, não foi total, pois detalhes técnicos foram apreciados e houve o compromisso de Israel e Jordânia de atuarem somente nas regiões sob jurisdição de cada um. Tal compromisso viabilizou a continuação do projeto unilateral israelense do NWC e a construção do Canal Principal de Ghor Leste da Jordânia<sup>28</sup> (HADDADIN, 2002).

Em 1956, num gesto de revide à recusa dos EUA em financiar a construção da Represa de Assuã<sup>29</sup>, no rio Nilo, Nasser nacionalizou o Canal de Suez (OREN, 2010). A ação do governante egípcio desencadeou a Guerra do Suez (1956), com a investida militar de Israel, França e Reino Unido na Faixa de Gaza e na Península do Sinai. Embora vitoriosos no campo militar, politicamente, esses três Estados saíram derrotados, face à dura oposição dos EUA e da ex-URSS. Nasser passou a ter um prestígio no mundo árabe tal que passou a ser considerado o líder que poderia destruir Israel. Os israelenses, por seu turno, não obstante o estremecimento das relações com os EUA, ainda continuaram contando com esse poderoso aliado e puderam iniciar o seu programa nuclear, após acordo firmado com a França e o Reino Unido antes da guerra (MAGNOLI, 2006).

Israel aproximava-se da década de 1960 com grandes preocupações, que, em última

<sup>27</sup> A Liga Árabe, ou Liga dos Estados Árabes, foi criada em 1945, com o propósito de aproximar os Estados Árabes. Historicamente, não tem sido muito efetiva, exceto no que diz respeito à oposição a Israel (MINGST, 2014).

<sup>28</sup> O canal se estendia ao longo da margem oriental do rio Jordão, a partir do norte (o norte do Vale do Jordão tem o nome de Ghor). Atualmente é conhecido como Canal King Abdullah. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20090501051802/http://www.kinghussein.gov.jo/tourism4.html>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

<sup>29</sup> A Represa de Assuã teve sua construção iniciada em janeiro de 1960, sendo concluída em julho de 1970. Ela tem o propósito de atenuar os impactos causados pelas inundações e eventuais secas do rio Nilo. Atualmente representa a maior fonte de geração de energia para o Egito. Disponível em: <<https://www.egito.com/represa-assua>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

instância, diziam respeito a sua própria existência. Além de estar cercado por forças hostis em todas as fronteiras, poderia ter a navegação pelo Estreito de Tiran negada pelo Egito, naquele momento, a maior ameaça em termos de poder militar a Israel, principalmente após os eventos de 1956. Outrossim, as hostilidades com a Síria poderiam levar esse Estado, que possuía o controle das nascentes do Jordão, a privar Israel do fornecimento de água (OREN, 2010).

Ao mesmo tempo que Israel se aproximava da conclusão da construção e do início da operacionalização do NWC, os ânimos entre os israelenses e seus vizinhos árabes se acirravam. E a questão hídrica ganhava força. Em 1960, os líderes árabes consideraram operacionalizar um desvio das águas do Hasbani e do Baniyas para o canal de Ghor Leste, na Jordânia, de modo a inviabilizar o funcionamento do NWC. A essas considerações Israel respondeu duramente, com a então Ministra das Relações Exteriores Golda Meir (1898-1978) advertindo que movimentos relacionados a desvio das águas do Jordão seriam uma afronta à paz e que não seriam tolerados por Israel (KLARE, 2001).

Em 1963, Levi Eshkol (1895-1969) assumiu o cargo de Primeiro-Ministro de Israel. Diferentemente de seu antecessor, David Ben-Gurion (1886-1973), Eshkol era um líder realista e pragmático. Embora ciente da constante iminência de guerra, acreditava na possibilidade do diálogo para alcançar a paz (BRANCO, 2012). Exercera anteriormente o cargo de Ministro da Agricultura e das Finanças (OREN, 2010) e possuía muito interesse e preocupação com o acesso aos recursos hídricos por Israel.

### **3.2 O período de 1964 até o final de 1966**

A partir do início de 1964, as tensões entre Israel e os Estados árabes, esses até certo ponto liderados por Nasser, começam a se agravar. As disputas hídricas se acentuaram e tornaram-se a pauta de alguns movimentos geopolíticos.

No período de 13 a 17 de janeiro, no Cairo, foi realizada a primeira reunião, naquele ano, da Liga Árabe. Nessa reunião, os líderes aprovaram o plano de desvio das águas dos rios Baniyas e Hasbani, com o propósito de reduzir consideravelmente a quantidade de água disponível para o NWC, em vias de conclusão (KARSH, 2017; OREN, 2010). Ambos os rios seriam desviados para o Yarmouk, a fim de desagüarem na represa de Mukheiba. Tal projeto era essencial em face do que a Liga considerava o plano opressor e agressivo sionista<sup>30</sup>, que tinha o propósito de, desviando as águas do Jordão para o NWC, estabelecer em definitivo o Estado judeu, colocando em perigo os Estados Árabes e a paz mundial (MAGNOLI, 2006).

A grande preocupação dos árabes em relação ao desvio das águas do Jordão por Israel se justificava em face de, estando o deserto do Negev irrigado, haveria a possibilidade de uma maior entrada de imigrantes para a região, aumentando a presença e, conseqüentemente, o controle de Israel sobre a Palestina (OREN, 2010). Adicionalmente, já temendo retaliações israelenses, a conferência também concebeu o Comando Árabe Unificado (CAU), para proteção dos Estados componentes contra essas retaliações e para uma futura campanha ofensiva (OREN, 2010). Essas medidas foram corroboradas pela segunda conferência, realizada em Alexandria, em setembro daquele mesmo ano.

Na prática, contudo, essa reunião não resultou em ações multilaterais, principalmente devido ao envolvimento do Egito no Iêmen<sup>31</sup>. Com isso, a Síria iniciou, unilateralmente, os planos de desvio dos rios Baniyas e Hasbani, em novembro de 1964 (OREN, 2010).

O desvio das águas do Jordão por Israel foi, então, iniciado em 1964 e, com o NWC próximo de sua conclusão, o acirramento, principalmente entre Síria e Israel, elevou-se,

<sup>30</sup> O sionismo é o pensamento ou movimento realizado pelos judeus que objetivou o estabelecimento de um lar permanente, de um Estado, na região onde historicamente os judeus viveram na antiguidade, ou seja, na Palestina (OREN, 2010)

<sup>31</sup> Desde 1962, o Egito empregava tropas no Iêmen, que se encontrava em uma guerra civil (1962-1970). O Egito apoiava o regime republicano liderado pelo General Abdullah al-Sallal (1917-1994), enquanto os realistas, liderados pelo imã Muhammad al-Badr (1926-1996), eram apoiados pela Arábia Saudita (OREN, 2010).

acarretando vários incidentes (KLARE, 2001). O primeiro incidente, ainda em 1964, foi registrado em 13 de novembro, nas proximidades da nascente do rio Dan, quando patrulhas israelenses e sírias trocaram tiros na região de uma ZD. As questões levantadas na ocasião aludem à construção de estradas por Israel em território disputado e à soberania da nascente do rio Dan (OREN, 2010). A Força Aérea Israelense (FAI) fora utilizada não somente para demonstrar sua superioridade frente ao poder aéreo sírio, mas, também, para bombardear o projeto de transposição, utilizado o pretexto dos incidentes nas ZD.

Em janeiro de 1965, reivindicando a autodeterminação palestina, iniciou-se uma série de pequenos ataques sírios a posições israelenses, particularmente em estações de bombeamento. Inúmeros embates de menor intensidade ocorreram ao longo daquele ano entre sírios e israelenses, que interferiam no bom andamento dos projetos árabes de desvio das águas.

Já em fevereiro de 1966, mais um acontecimento contribuiu para o recrudescimento das relações entre Israel e Síria. O regime Baathista<sup>32</sup> sírio foi derrubado por outro regime Baathista mais radical, liderado pelos Generais Salah al-Jadid (1926-1993) e Hafez al-Assad (1930-2000). Esse novo regime, mais alinhado à ex-URSS, traçou como objetivo nacional a destruição do Estado de Israel e começou um apoio franco às ações militares da Fatah<sup>33</sup> contra os assentamentos israelenses (MAGNOLI, 2006).

Desse modo, ao longo do ano de 1966, observamos uma modificação da postura soviética em relação às ações sírias. Até então, a ex-URSS se opunha ao plano de desvio das águas na bacia do Jordão, sugerindo conversações e entendimentos sobre a partilha das águas. A presença da Sexta Esquadra norte-americana no mar Mediterrâneo era um fato que persuadia uma maior disposição soviética para uma escalada da crise. Entretanto, face a maior

<sup>32</sup> O Baathismo consiste em um regime ideológico com grande influência no Iraque e na Síria, de caráter secular, possuindo ideais de socialismo, nacionalismo e pan-arabismo. Seus principais fundadores foram os filósofos sírios Zaki al-Arsuzi (1899-1968), Michel Aflaq (1910-1989) e Salah ad-Din al-Bitar (1912-1980) (DEVLIN, 1976).

<sup>33</sup> Organização guerrilheira palestina criada em 1958, que manteve suas ações independentes da Organização para Libertação da Palestina (OLP), após a criação desta última em 1964. No período analisado, a Fatah realizava seus ataques contra Israel a partir, principalmente, do território sírio (MAGNOLI, 2006).

aproximação com o regime sírio, o apoio do Kremlin para investidas sírias sobre Israel tornou-se mais efetivo, e a ex-URSS, inclusive, levantou suspeitas sobre intenções de Israel para uma invasão da Síria (OREN, 2010). O posicionamento soviético desencorajou, naquela oportunidade, Israel a cogitar uma invasão ao território sírio, mantendo, então, os dois lados ações limitadas.

Os sírios continuavam realizando ataques aos assentamentos israelenses e realizando as obras de transposição até que, em 7 de julho, aviões da FAI abateram um MiG Sírio. Na continuação, em 14 de julho, aviões da FAI atacaram as obras de desvio do Baniyas para o Yarmouk, utilizando o pretexto da resposta às provocações sírias (KLARE, 2001; OREN, 2010). Os sírios, por outro lado, realizaram, em 15 de agosto, um ataque a uma lancha-patrolha israelense ora encalhada no mar da Galileia (OREN, 2010). A tensão entre os dois Estados só aumentava. Contudo, por meio dos ataques realizados, as Forças de Defesa de Israel (FDI) haviam conseguido frustrar os planos sírios de desvio das águas do Jordão.

O Egito, naquele período, permanecia envolvido com o conflito no Iêmen, sofrendo economicamente em face do esforço de guerra empreendido naquele Estado. Nasser, procurando manter seu discurso e sua liderança frente ao pan-arabismo, reforçava sua retórica em relação à destruição de Israel. A eliminação da presença sionista da Palestina era o único aspecto que conseguia reunir os diferentes Estados árabes. Em que pese a pregação belicista, Nasser estimulava, bilateralmente, os demais Estados a não deflagrarem um conflito com Israel, mas a aumentar os investimentos militares, a fim de superar Israel no que dizia respeito a poder militar. Esse comportamento de Nasser o levava a ser acusado pelos sírios de condescendente com Israel (BRANCO, 2012). Não obstante, em 04 de novembro de 1966, Egito e Síria assinaram um pacto de defesa mútua.

Naquela ocasião, o Rei Hussein (1935-1999) da Jordânia via-se envolvido entre duas posições antagônicas. Ao passo que adotava um comportamento mais moderado que os

demais líderes do mundo árabe, mantendo interações com os EUA e mesmo com Israel, a Cisjordânia era a origem de onde partiam muitos dos ataques sírios destinados às ZD e aos assentamentos israelenses. Também era a partir desse território que se desenvolviam as principais ações da OLP contra Israel. Em face dessas ações, em maio de 1965 ocorreram retaliações israelenses com ataques de pequena escala em Qalquilya, Shuna e Jenin, na Cisjordânia (OREN, 2010).

Nos últimos meses de 1966, observamos uma intensificação das ações da Fatah a partir do território jordaniano contra Israel, principalmente no mês de novembro. Esse quadro conduziu a uma operação israelense em 13 novembro na Cisjordânia, ao sul de Hebrom, mais especificamente no povoado de Samu, localidade que abrigava integrantes da Fatah, segundo acusações dos israelenses. Nesse episódio, a situação fugiu do controle e ocorreu o efetivo confronto entre soldados israelenses e jordanianos (BRANCO, 2012; OREN, 2010).

Essa ação israelense foi condenada pelo Conselho de Segurança da ONU (CSONU) e censurada também pelos EUA, que procuravam manter um posicionamento contrário à beligerância no Oriente Médio, e tinham em Hussein um aliado para contrabalançar o desalinhamento político com Nasser (OREN, 2010).

A essa altura, o serviço de inteligência das FDI já havia estimado que as possibilidades de um confronto, inclusive com a questão da água sendo uma das motivações, eram tangíveis, e que novas iniciativas árabes provavelmente ocorreriam em 1967 ou 1968, por meio de incidentes fronteiriços, estímulos a ataques terroristas, novas tentativas de desvios do rio Jordão ou fechamento do Estreito de Tiran (OREN, 2010). Entretanto, nas fontes que foram utilizadas para esta pesquisa, não foram identificadas novas iniciativas ou tentativas de desvio daquele rio até a eclosão da Guerra dos Seis Dias.

Nesse cenário instável, estava desenhado o contexto para os acontecimentos de 1967, que culminariam em mais um importante conflito armado da guerra árabe-israelense.

### 3.3 O ano de 1967 e a Guerra dos Seis Dias

A despeito da repercussão internacional negativa para Israel do ataque realizado no território jordaniano em novembro de 1966, a crise fronteiriça, até o final daquele ano, esteve mais apaziguada, simplesmente porque os Estados envolvidos, Israel e Jordânia, não tomaram qualquer atitude em relação ao incidente. Esse fato consistia em mais uma demonstração que os árabes estavam, na realidade, distantes de uma união efetiva.

O único Estado que mantinha um constante posicionamento belicoso contra Israel era a Síria. A partir de janeiro de 1967, os ataques oriundos da Síria se intensificaram mais uma vez. Muitos desses ataques eram reivindicados pela Fatah, porém, havia indícios de que alguns deles estavam sendo realizados pelo exército sírio (OREN, 2010).

Adicionalmente às motivações ideológicas do regime Baath sírio no tocante à destruição de Israel, a Síria vinha acusando a *Iraq Petroleum Company*, empresa britânica de prospecção de petróleo no Iraque, de estar atuando em benefício de Israel. A Síria estava insatisfeita com os pagamentos recebidos da companhia, relativos à concessão de passagem de petróleo por oleodutos que atravessavam o território sírio (OREN, 2010).

Ao mesmo tempo que Israel era acusado pelos Estados árabes de ser uma projeção do imperialismo e do colonialismo ocidental liderado pelos EUA, a relação dos árabes com a ex-URSS era ambígua. A superpotência do bloco comunista procurava manter sua influência sobre os Estados árabes contra Israel, mas não desejava a escalada militar, principalmente devido ao programa nuclear israelense em andamento. Os EUA, de semelhante modo, procurava adotar uma política de apaziguamento com os Estados árabes, pois aos norte-americanos interessava, sobremaneira, o petróleo árabe. Embora o conflito árabe-israelense estivesse, naquele período, imerso no espírito do tempo da Guerra Fria, ele tinha uma dinâmica própria, de modo que a influência de soviéticos e norte-americanos naquela região não parecia

ser tão relevante, quando comparada com outras regiões do planeta.

Nos primeiros três meses de 1967, os incidentes nas fronteiras com ataques de guerrilheiros palestinos foram constantes. Em 1º de abril, após um ataque palestino na fronteira israelense com o Líbano (OREN, 2010), Eshkol e Yitzhak Rabin<sup>34</sup> (1922-1995) decidiram que tais ataques passariam a sofrer retaliações mais duras. A resposta israelense, então, ocorreu em 7 de abril, quando a FAI abateu seis MiG sírios em combates aéreos, que foram iniciados na ZD próxima ao mar da Galileia e se estendeu até os céus de Damasco, em mais uma demonstração da superioridade aérea israelense (MAGNOLI, 2006).

Esse ataque causou ainda maior agravamento das tensões entre israelenses e árabes e entre os próprios árabes, em face das acusações jordanianas de que o Egito nada fizera para apoiar a defesa dos sírios, contrariando o pacto assinado em 1966 (OREN, 2010). Assim, a Síria declarou publicamente, em 8 de abril, que apoiaria as ações árabes para destruição de Israel (OREN, 2010). Mais e mais investidas da Fatah fustigavam a fronteira de Israel com a Síria. Declarações de Rabin<sup>35</sup>, em 12 de maio, (BRANCO, 2012; OREN, 2010) e informações difundidas pela diplomacia soviética sobre as intenções israelenses de invadir a Síria levaram Nasser a aumentar a mobilização de suas tropas e a iniciar um conjunto de ações que precipitaram o conflito (MAGNOLI, 2006).

Um fato que merece destaque foi o ocorrido em 17 de maio. Na tarde daquele dia, dois MiG-21 egípcios realizaram um voo de reconhecimento, entraram no espaço aéreo israelense e sobrevoaram o reator nuclear israelense na cidade de Dimona. Esse evento e o consequente temor dos líderes de Israel pelo seu programa nuclear e pela possibilidade de o Egito antecipar um ataque para manter o conflito como uma guerra convencional foram fatores

<sup>34</sup> Na ocasião, Levi Eshkol acumulava os cargos de Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa de Israel. Em 1º de junho de 1967, às vésperas do conflito, Moshe Dayan (1915-1981) assumiu o cargo de Ministro da Defesa, permanecendo Eshkol como Primeiro-Ministro. Durante todo o período, Yitzhak Rabin exerceu o cargo de Chefe do Estado-Maior das FDI (OREN, 2010).

<sup>35</sup> Em 12 de maio de 1967, Yitzhak Rabin concedera uma entrevista para a *Bamahane*, revista da FDI. Nessa entrevista, ele fez ameaças de invadir a Síria, caso aquele Estado continuasse a permitir e a apoiar os ataques da Fatah ao território israelense (OREN, 2010).

que impulsionariam Israel a atacar primeiro, no mês seguinte (OREN, 2010).

Na segunda quinzena de maio, a Jordânia também já assinara com o Egito, assim como fizera a Síria, um pacto de defesa mútua em caso de guerra. A mobilização das tropas aumentou expressivamente, com envio de grande parcela do exército egípcio para a Península do Sinai e, em 18 de maio, por exigência de Nasser, ocorreu a retirada da Força de Emergência da ONU, que desde o fim da guerra de 1956 policiava o local (MAGNOLI, 2006). Essa retirada permitiu uma maior liberdade de manobra para os egípcios na região, o que motivou o fechamento do Estreito de Tiran, no Golfo de Ácaba, aos navios israelenses. As ações egípcias e a união entre os três principais inimigos de Israel naquele momento, Egito, Síria e Jordânia, atemorizaram os líderes israelenses, que passaram a enxergar num conflito armado a única chance de manter sua própria existência (KLARE, 2001; OREN, 2010). Restava saber quando começaria e de quem seria a iniciativa das ações. Após alguns dias, durante os quais a negociação pelos meios diplomáticos, envolvendo, principalmente, os EUA e a ex-URSS, foi insuficiente para a distensão da crise (OREN, 2010), coube a Israel efetuar o primeiro ataque, iniciando a Guerra dos Seis Dias.

O Alto-Comando Militar de Israel, conduzido pelo Ministro da Defesa Moshe Dayan (1915-1981), concebera a guerra em três frentes: o Comando Sul, na frente contra o Egito no Sinai; o Comando Central, na frente contra a Jordânia, na Cisjordânia e em Jerusalém; e o Comando Norte, na frente contra a Síria, nas Colinas de Golã (FIG. 5, 6, 7 e 8, ANEXO E). Nas fontes pesquisadas, observamos que a prioridade estabelecida foi destruir as forças egípcias, que eram numericamente superiores às forças israelenses, utilizando o princípio da surpresa e atacando a força aérea egípcia no solo. As demais frentes deveriam se manter contidas, evitando as provocações e resistindo às investidas inimigas, para que as FDI mantivessem o foco no objetivo principal (OREN, 2010).

Os combates se desenvolveram no período de 05 a 10 de junho de 1967.

No dia 05 de junho, pela manhã, ocorreu o ataque aéreo israelense surpresa sobre a força aérea egípcia, priorizando as pistas de pouso, os bombardeiros de longo alcance, os caças e as instalações (OREN, 2010). O ataque obteve um sucesso estrondoso e, em menos de quatro horas, a força aérea egípcia estava praticamente liquidada (OREN, 2010). Esse ataque praticamente viria a definir a guerra a favor de Israel.

Na sequência, Israel começou a avançar na campanha terrestre pela Península do Sinai (OREN, 2010), e os combates contra os egípcios ocorreram durante todo o dia, com Israel sempre ganhando terreno mais rapidamente do que o planejado. Tanto a Jordânia como a Síria iniciaram contra-ataques sobre as forças israelenses estabelecidas nas fronteiras. Israel manteve suas forças estacionadas na frente norte, entretanto na frente central Israel avançou sobre os jordanianos, com dificuldade, principalmente porque reduzira as forças nessa frente em proveito da frente sul (OREN, 2010). Os poucos reveses sofridos por Israel na guerra foram nessa frente central.

O dia 06 de junho foi marcado pelo continuado avanço de Israel sobre o Sinai e com os egípcios recuando, sob as ordens do General ‘Amer (1919-1967), Ministro da Defesa do Egito. No meio da manhã, a Faixa de Gaza foi tomada pelas tropas israelenses. Na frente central, os jordanianos resistiam bravamente, mas pouco a pouco cediam ao poder de fogo israelense, tanto que, ao meio-dia, Israel conquistava toda a Jerusalém, excetuando-se a Cidade Velha, onde estão localizados os lugares sagrados para o judaísmo (OREN, 2010). A conquista completa somente ocorreria no dia seguinte.

Até esse ponto, no quadro temporal da guerra iniciada em 05 de junho, não observamos explicitamente, no material pesquisado, as questões hídricas envolvidas. Dayan permanecia resoluta em manter os combates somente nas duas frentes, procurando apenas se defender dos bombardeios sírios no norte. A prioridade continuava sendo a vitória sobre o Egito.

Ele próprio relatou:

O problema básico colocado pela entrada da Síria foi responder com guerra total ou limitar-se a ataques locais, bombardeios e ataques aéreos. Minha própria opinião era que duas frentes eram suficientes e deveríamos evitar, na medida em que o assunto repousasse em nós, uma terceira frente. Além disso, não havia objetivo na Síria tão vital para nossos interesses como, por exemplo, Sharm el-Sheikh, a chave da liberdade de navegação para Eilat, ou como Jerusalém e a Cisjordânia, que faziam parte da carne e dos ossos, o próprio espírito da Terra de Israel. (DAYAN, 1976, p. 356, tradução nossa<sup>36</sup>)

Eshkol, por outro lado, mantinha-se muito preocupado com os eventos do norte e com as nascentes do Jordão, o Banias em particular. Rabin, embora concordasse que a prioridade, naquele momento, fosse ainda a Cisjordânia em vez de as Colinas de Golã, defendia que o Comando Norte deveria realizar ações para fazer cessar os bombardeios sobre os assentamentos israelenses e a captura das nascentes do Jordão (OREN, 2010). Porém, naquele momento, havia ainda a preocupação com uma possível intervenção soviética em favor da Síria. Desse modo, as ações do Comando Norte autorizadas pelo alto-comando mantiveram-se na ocupação de algumas ZD e, possivelmente, das nascentes do Banias (OREN, 2010).

Ainda no fim do dia 6, os líderes israelenses já discutiam as questões que deveriam ser abordadas após o término do conflito, sendo as três principais os recursos hídricos, as ZD e o problema dos refugiados palestinos (OREN, 2010).

A conquista da parte histórica de Jerusalém foi concluída em 7 de junho, quando também o Estreito de Tiran foi reaberto para navegação internacional (OREN, 2010). Ao final desse dia, todas as quatro pontes do rio Jordão passaram ao domínio israelense, desse modo, a batalha na Cisjordânia se aproximava do seu término, enquanto que o conflito no Sinai chegava ao seu clímax. Nesse momento, a intenção inicial de Israel de negociar os territórios conquistados pelo reconhecimento de sua legitimidade junto aos seus vizinhos incorporou um outro ponto de vista, e lideranças começaram a defender a manutenção dos territórios conquistados (OREN, 2010).

<sup>36</sup> No original: “*The basic problem posed by Syria's entry was whether to respond with all-out war or to limit ourselves to local raids, shelling, and air strikes. My own view was that two fronts were enough, and we should avoid, insofar as the matter rested with us, a third front. Moreover, there was no objective in Syria as vital to our interests as, for example, Sharm el-Sheikh, the key to freedom of shipping to Eilat, or as Jerusalem and the West Bank, which were part of the flesh and bones-indeed, the very spirit-of the Land of Israel.*”

Durante o dia 8 de junho, Israel consolidou sua fronteira junto ao rio Jordão, encerrando a guerra na Cisjordânia (OREN, 2010). Em relação aos combates no sul, Israel já chegara praticamente às margens do Canal de Suez, e o Egito ainda não concordara com um cessar-fogo, principalmente pela recusa de Nasser em aceitar a humilhante derrota.

Com as outras duas frentes praticamente resolvidas, era chegado o momento de voltar-se em definitivo para o norte. As lideranças israelenses permaneciam divididas acerca do ataque à Síria. Duas variáveis que se chocavam eram avaliadas para a decisão ou não pelo ataque: enquanto que, de um lado havia os interesses de Israel, defendidos por Eshkol, em conquistar as nascentes do Baniás, de outro havia o temor de uma intervenção soviética a favor da Síria que, segundo Oren (2010), desencorajava Dayan a prosseguir com a campanha na frente norte.

As interações no campo diplomático entre Israel e Washington e, principalmente, entre Israel e Moscou ocorreram durante todo o dia, e aumentavam as chances de os soviéticos se envolverem efetivamente na guerra (OREN, 2010). Nesse aspecto, no fim do dia, a despeito de Nasser finalmente ter decidido pelo cessar-fogo, o Alto-Comando resolveu que esperaria mais um pouco e que o ataque à Síria ocorreria somente com a autorização de Eshkol, Dayan e Rabin, caso realmente fosse necessário (OREN, 2010).

A ordem para atacar a Síria foi dada às 6 horas da manhã do dia seguinte. E, apesar de todas as discussões do Alto-Comando no dia anterior, foi resultado das informações recebidas de que o Egito sugerira à Síria aceitar o cessar-fogo e que essa iniciara o recuo das tropas (OREN, 2010). Em suma, foi identificada uma oportunidade de avanço e conquistas territoriais, como já ocorrera na Península do Sinai e na Cisjordânia.

A partir de 09h40, ataques aéreos intensos foram realizados por Israel, e as tropas sírias passam a sofrer reveses. O pedido de apoio feito pela Síria aos demais Estados, como Egito e Jordânia, não foi atendido, mesmo porque tais Estados não tinham mais condições de

assim procederem (OREN, 2010).

As pressões soviéticas ocorreram durante todo o dia, mas não demoveram a liderança israelense de, ao final do dia, autorizar a continuação da campanha. A essa altura, as tropas israelenses já se encontravam em condições de tomar o Baniás, e assim foi autorizado (OREN, 2010).

No dia derradeiro, 10 de junho, os sírios se retiraram em massa do Golã, cedendo espaços para as tropas israelenses, de modo que Israel pôde tomar as Colinas de Golã e alcançar uma posição que permitia, inclusive, atacar Damasco. Para Dayan (1976), as derrotas sofridas durante o dia 9 e os intensos bombardeios realizado pela FAI anularam a vontade síria de lutar. As pressões soviéticas e norte-americanas pelo cessar-fogo se intensificavam e, finalmente, no final da tarde daquele 10 de junho, Israel concordou com o cessar-fogo intermediado pela ONU, encerrando o conflito.

### **3.4 O pós-conflito (até o final de 1967)**

Ao término das ações militares, era flagrante a disparidade entre Israel e os demais Estados no tocante às perdas humanas e materiais (OREN, 2010). Contudo, a maior expressão da vitória israelense consistia na conquista de 110 mil quilômetros quadrados de território (FIG. 9, ANEXO F).

Assim, durante o restante de 1967, e por alguns anos ainda, os resultados da guerra foram sobremaneira significativos: Israel conseguira ocupar as Colinas de Golã, passando a controlar diretamente o rio Baniás e impedindo, desse modo, qualquer ameaça externa de desvio nas nascentes do rio Jordão (KLARE, 2001).

Ademais, metade da extensão do rio Yarmouk passou para o domínio de Israel, em comparação com os 10 km antes da guerra, conforme expusemos anteriormente. A partir de

então, o desenvolvimento do Yarmouk passou a depender do consentimento de Israel. Mesmo um pequeno represamento unilateral pela Jordânia podia ser facilmente detectado por Israel e atacado militarmente. Adicionalmente, Israel passou a acessar os valiosos aquíferos localizados ao norte de Jerusalém. Em suma, reforçou sua posição estratégica tanto no Alto como no Baixo Jordão (KLARE, 2001).

Além de passar a exercer o controle dos recursos hídricos da bacia do Jordão, Israel manteve a posse da Península do Sinai, o que garantia o acesso do Golfo de Aqaba ao Mar Vermelho. Anexou também a Faixa de Gaza, região sob a qual também estão localizados aquíferos que fornecem água para Israel (CHELLANEY, 2013). Desse modo, Israel passou a ter uma posição bastante vantajosa no que tange aos recursos hídricos, quando o comparamos com os Estados Árabes circunvizinhos.

Aos líderes de Israel cabia, então, a decisão sobre os próximos passos, especialmente quanto ao uso dos territórios conquistados durante a guerra. Em 19 de junho, em uma reunião das principais autoridades e com uma decisão por disputa acirrada, decidiu-se pela desmilitarização da Península do Sinai e das Colinas de Golã e pela consequente devolução dessas regiões em possíveis acordos de paz com o Egito e a Síria, respectivamente. Todavia, as condições para esses acordos seriam a garantia da navegação no Estreito de Tiran e no Canal de Suez, o fim de quaisquer projetos de desvio das águas das nascentes do Jordão e o reconhecimento da legitimidade do Estado de Israel (MAGNOLI, 2006).

A conferência da Liga Árabe ocorrida em Cartum, Sudão, no período de 29 de agosto a 1º de setembro, entretanto, decidiu por responder a eventuais acordos de paz com os três “nãos”: “não” às negociações, “não” à paz e “não” à existência de Israel, indicando que o mundo árabe permanecia hostil a Israel (OREN, 2010). Mais uma vez essa conferência foi conduzida e liderada por Nasser, que conseguiu retomar o prestígio que fora perdido devido ao insucesso no conflito armado de junho. A posição assumida pelos Estados árabes na

Conferência de Cartum fez as lideranças israelenses repensarem os termos decididos em 19 de junho, de modo que Israel passou a defender a manutenção das conquistas territoriais obtidas na guerra (OREN, 2010).

As tensões que continuavam latentes entre árabes e israelenses faziam surgir rumores de que uma nova guerra iniciaria a qualquer momento, de modo que o CSONU voltou a atuar mais efetivamente na questão do Oriente Médio. Os EUA, principalmente, realizaram negociações no âmbito das Nações Unidas para permitir a elaboração de uma resolução que estabelecesse o princípio de “território por paz”, de modo a procurar atender aos dois lados da crise (OREN, 2010).

Nesse sentido, a Resolução 242 do Conselho de Segurança<sup>37</sup>, de 22 de novembro de 1967, tentou apaziguar as tensões na região, estabelecendo o apoio aos árabes nas questões territoriais e aos judeus nas questões de reconhecimento e paz (BRANCO, 2012). Embora essa resolução tenha se tornado a base para futuras negociações de paz, ela não contou com o apoio de alguns Estados Árabes, tampouco com a obediência de Israel, que se manteve nos territórios ocupados (OREN, 2010).

Ao chegarmos ao término da moldura temporal definida para análise deste trabalho, identificamos, dentro das fontes pesquisadas, que a Guerra dos Seis Dias contribuiu para o aumento da utilização unilateral e competitiva da bacia do rio Jordão e colocou Israel numa posição privilegiada no que tange aos recursos hídricos.

A seguir, realizaremos uma análise dos pontos mais relevantes observados ao longo desse capítulo, com base no que foi discutido no enquadramento teórico e conceitual.

<sup>37</sup> Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/242\(1967\)](https://undocs.org/S/RES/242(1967))>. Acesso em: 08 jul. 2020.

## **4 ANÁLISE DAS RELAÇÕES ÁRABE-ISRAELENSES SEGUNDO OS CONCEITOS TEÓRICOS APRESENTADOS**

Nos últimos dois capítulos, listamos questões e conceitos atinentes à geopolítica dos recursos hídricos e descrevemos fatos históricos relevantes das relações entre israelenses e árabes no Oriente Médio, no período de 1964 a 1967.

No presente capítulo, pretendemos analisar o caso estudado, refletindo sobre o papel da água dentro do conflito no Oriente Médio. Na primeira seção, identificaremos os elementos que possibilitam contextualizar o objeto dentro da Teoria da Guerra por Recursos. Nas três seções seguintes, versaremos sobre as diferentes maneiras, identificadas pela pesquisa realizada, que a questão hídrica influenciou as relações entre israelenses e árabes.

### **4.1 A Teoria da Guerra por Recursos e o conflito árabe-israelense**

Vimos que Klare (2001) define a guerra por recursos como conflito no qual os Estados objetivam, principalmente, o acesso a recursos submetidos a demandas crescentes, mas que se encontram na condição de escassos. No contexto das relações entre israelenses e árabes no Oriente Médio, especificamente na região suprida pela bacia do rio Jordão, podemos observar que havia os elementos que evidenciam a Teoria da Guerra por Recursos, particularmente os hídricos.

Primeiramente, havia um contexto de aumento continuado da demanda. Isso estava intrinsecamente atrelado ao crescimento populacional, desejado e estimulado pelo governo de Israel, sendo a imigração era o fenômeno que mais contribuía para tal crescimento. Os movimentos migratórios de judeus para a região tiveram início com a Declaração Balfour (1917) e foram intensificados, principalmente, a partir da criação do Estado de Israel, em 1947.

Era uma maneira de, com o aumento da presença judaica, exercer domínio, não apenas de fato, mas de direito sobre a região, conferindo maior legitimidade ao Estado de Israel. Esse aumento acelerado de judeus sempre fora motivo de preocupação e reclamações de árabes e palestinos.

Em segundo lugar, verificamos que a região do Oriente Médio, mesmo já na década de 1960, sofria com a escassez hídrica, comum em lugares de clima árido ou semiárido. O rio Jordão, como vimos, não é um rio caudaloso quando comparado com outros rios internacionais conhecidos. O baixo índice de pluviosidade, derivado do clima seco, não permite que haja alternativas razoáveis ao rio Jordão nos aquíferos existentes, que, embora contribuam para o suprimento de água, não tiram os Estados lá presentes da condição de escassez hídrica ou estresse hídrico.

Além do problema da demanda crescente e da oferta escassa, identificamos, no contexto estudado, relações de poder entre os Estados marcadas por rivalidades de cunho étnico, religioso, cultural e histórico. Nesse sentido, a busca pela posse dos recursos hídricos naquele momento se caracterizou como pano de fundo em diversas ocasiões nas quais a expressão militar do poder desses Estados foi demonstrada em conflitos de pequena escala, como os bombardeios a obras de transposição de água, culminando na guerra propriamente dita, em 1967.

Pudemos observar, assim, dentro da moldura temporal que compreende o período de 1964 a 1967, que a água foi um recurso presente na pauta das relações de poder entre os israelenses e os árabes, dentro de um caráter conflituoso que marcava essas relações. Ainda assim, procuraremos, nas seções seguintes, analisar os fatos que evidenciam quais foram, na prática, o papel e a relevância dos recursos hídricos para israelenses e árabes naquele conturbado período.

## 4.2 O acesso aos recursos hídricos como fator motivador dos conflitos

Chellaney (2013) relata as palavras de Ariel Sharon<sup>38</sup> (1928-2014) sobre a Guerra dos Seis Dias: “As pessoas geralmente consideram 5 de junho de 1967 o dia em que a Guerra dos Seis Dias começou. Essa é a data oficial. Mas, na realidade, tudo começou dois anos e meio antes, no dia em que Israel decidiu agir contra o desvio do Jordão” (tradução nossa)<sup>39</sup>.

De fato, após o início da realização das obras para desvio das águas do Jordão, ao final de 1964, quando claramente a Síria intencionava privar Israel dos recursos hídricos essenciais para o suprimento e mesmo sobrevivência da crescente população judaica, Israel realizou diversas ações militares, ainda que limitadas, para impedir a concretização das obras. Neste ponto, identificamos, na pesquisa realizada, a água como um fator motivador de conflitos, levando Israel a lançar mão de seu poder militar para garantir o acesso a recursos hídricos.

Para a Síria, naquele contexto, o desvio do Jordão tinha uma importância maior no fato de impedir o acesso de Israel aos recursos hídricos do que propriamente apropriar-se deles. Embora seja um Estado que sofre com a escassez hídrica, a Síria ainda conta com o acesso à bacia dos rios Tigre e Eufrates. Esses rios, contudo, estão em um outro contexto de disputa, envolvendo a Turquia, o que não faz parte do objeto deste trabalho. Para a Síria, portanto, desviar as águas do Jordão era uma forma, na prática, de acabar com o sonho sionista.

Testemunhamos que, nos anos de 1965 e 1966, ocorreram várias ações militares, tanto de Israel como da Síria, motivadas pelo acesso aos recursos hídricos do Jordão. Essas ações, por fim, resultaram no sucesso israelense e na frustração do empreendimento sírio, quando as obras de desvio foram definitivamente abandonadas no segundo semestre de 1966.

<sup>38</sup> Ariel Sharon, que no período de 2001 a 2006 exerceu o cargo de Primeiro-Ministro de Israel, em 1967 comandou as tropas da Divisão Sul do Exército de Israel (OREN, 2010)

<sup>39</sup> No original: “*People generally regard June 5, 1967 as the day the Six-day War began. That is the official date. But, in reality, it started two-and-a-half years earlier, on the day Israel decided to act against the diversion of the Jordan.*”

Nesses dois anos, em particular, poderíamos caracterizar as relações entre israelenses e sírios como guerras por recursos hídricos.

Entretanto, após agosto de 1966, quando os sírios cessaram as obras de desvio do Jordão, e até a eclosão da Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, não identificamos, nas fontes examinadas, a água como causa imediata daquele conflito armado. As ações oriundas da Síria e da Jordânia eram perpetradas, principalmente, pela Fatah e pela OLP, com o propósito de atacar Israel e escalar a crise entre os Estados, levando-os à guerra. Particularmente nos últimos dois meses que antecederam o conflito, outros fatores, aparentemente mais relevantes do que a busca por recursos, motivaram, sobretudo Israel, a entrar em guerra. Podemos citar a união entre Egito, Síria e Jordânia e a conseqüente subida do tom nos discursos de seus líderes contra Israel; o aumento da mobilização das tropas egípcias, jordanianas e sírias nas faixas de fronteira; o sobrevoos das aeronaves egípcias sobre o reator nuclear israelense em Dimona; a retirada das tropas da ONU da região desmilitarizada do Sinai e a ocupação decorrente da região pelo exército egípcio; e o fechamento do Estreito de Tiran à navegação israelense. Todos esses eventos causaram a Israel uma sensação de estrangulamento, isto é, os israelenses viram-se cercados pelos seus inimigos por todos os lados e foram tomados por uma sensação de insegurança que os levou a iniciar uma guerra defensiva, invocando o direito de legítima defesa em face das ações egípcias no Sinai (BRANCO, 2012).

Assim sendo, podemos depreender, analisando os fatos encontrados no estudo, que os recursos hídricos foram o principal motivador dos choques militares entre Israel e Síria nos anos de 1965 e 1966, mas, em relação à Guerra dos Seis Dias, concorreram outras motivações para o conflito que se sobressaíram em relação aos recursos hídricos.

Analisado esse primeiro aspecto do papel da água nas relações árabe-israelenses, passemos ao segundo aspecto, que abordaremos na próxima seção.

### 4.3 O acesso aos recursos hídricos como catalisador do conflito

Conforme enunciado no capítulo dois, quando há Estados que compartilham cursos de água entre si, as contendas relacionadas ao uso desses recursos hídricos podem atuar como catalisador para o surgimento de conflitos que possuem, em sua essência, outras motivações mais profundas (CHELLANEY, 2013).

A ideia apresentada nesse conceito diferencia-se do que foi analisado na seção anterior. Aqui o acesso aos recursos hídricos não atua como causa imediata do conflito, mas como um fator capaz de acelerar a escalada da crise.

Para esta análise, façamos o seguinte exercício: considerar que o acesso aos recursos hídricos não era um problema para israelenses e árabes. Havia abundância de recursos hídricos, cada Estado possuía seus recursos e não era necessário compartilhar a água. Nesse cenário hipotético, podemos admitir que israelenses e árabes viveriam ainda em situação de beligerância, em face de outros elementos que estavam presentes nesta relação. Tanto israelenses quanto árabes, particularmente os árabes palestinos, possuem vínculos históricos e emocionais com os territórios ocupados pelo Estado de Israel após sua criação. As derrotas árabes por ocasião da Guerra de 1948 ainda causavam amargura e desejo de vingança contra os israelenses. Mesmo a vitória política do Egito, em 1956, não conseguiu acalmar os ânimos dos árabes, que continuavam com suas intenções belicistas e seus planos de destruição do território israelense.

Neste ponto, dois fatores principais retardavam as possíveis ações militares contra Israel. O primeiro deles era a própria falta de entendimento entre os Estados Árabes. A postura da Jordânia, mais moderada e próxima a Israel, e o comportamento ambíguo de Nasser como aspirante ao posto de líder do pan-arabismo, porém sem uma materialização do discurso anti-israelense em ações efetivas, contrastavam com a atitude síria, claramente agressiva contra os

israelenses. O segundo fator era a atuação das superpotências, os EUA e a ex-URSS, que trabalhavam, dentro do contexto da Guerra Fria, de maneira a manter o nível de tensão entre os atores internos, mas evitando a escalada militar. Tanto norte-americanos como soviéticos tinham, além do desejo de expandir suas esferas de influência geopolítica na região, o interesse estratégico nas reservas petrolíferas do Oriente Médio, rejeitando ao máximo iniciativas beligerantes.

Dentro desse cenário, podemos então depreender que a disputa por recursos hídricos propiciou um acirramento das tensões entre árabes e israelenses. No período anterior ao objeto, entre 1948 e 1963, as questões hídricas foram discutidas, principalmente, no campo diplomático. As ações unilaterais de Israel, Jordânia e Síria eram contestadas junto à ONU. Naquela ocasião, os ânimos entre os Estados, embora tensos, permaneciam sob controle.

Contudo, após o início dos discursos mais ameaçadores relacionados à água, a partir de 1960, e, principalmente, com as ações reais sobre os recursos hídricos, observamos uma aceleração da escalada da crise. As tensões, que se mantiveram relativamente constantes entre 1948 e 1963 (com um pico em 1956, entre Israel e Egito), a partir de 1964 agravaram-se rapidamente, culminando no grande conflito armado de 1967. Mesmo com a frustração dos planos sírios de desvio do Jordão em agosto de 1966, a questão hídrica já tinha exercido seu papel de catalisador do conflito, colocando o acirramento entre os contendores bem próximo ao ponto de não-retorno, quando o conflito tornou-se praticamente inevitável.

Assim, embora as evidências investigadas não nos permitam afirmar que o acesso aos recursos hídricos teria sido o motivador para a eclosão da Guerra dos Seis Dias, mas somente dos conflitos em menor escala ocorridos em 1965 e 1966, essas mesmas evidências e a própria dinâmica daquela época nos levam a caracterizar a busca pelos recursos hídricos como um aspecto que teria antecipado, ou mesmo precipitado, o conflito de junho de 1967. Desse modo, a água exerceu, no período analisado, um papel de catalisador da Guerra dos Seis Dias.

Nesta seção e na anterior, analisamos o papel dos recursos hídricos como fator motivador ou catalisador do conflito, antes do seu início. Na próxima seção, faremos o exame do papel da água durante a guerra de 1967.

#### **4.4 O acesso aos recursos hídricos como objetivo estratégico do conflito**

Para analisar este papel da água na Guerra dos Seis Dias, examinemos os fatos ocorridos naqueles primeiros dias de junho de 1967.

Moshe Dayan, Ministro da Defesa de Israel, estabeleceu objetivos claros por ocasião do início das operações militares, quais sejam, as forças egípcias na Península do Sinai, Sharm el-Sheikh e o Estreito de Tiran (DAYAN, 1976). A maior preocupação do Alto-Comando Militar de Israel consistia no poder militar egípcio, e a estratégia utilizada foi o ataque aéreo preemptivo<sup>40</sup> sobre a força aérea egípcia estacionada no solo (OREN, 2010). Não identificamos, na pesquisa, outros objetivos estabelecidos. Mesmo Jerusalém não estava oficialmente nos planos israelenses, embora a conquista daquela cidade sempre tenha sido uma questão sobre a qual não havia discordância entre os líderes nem mesmo na população de Israel, em face de todo o seu significado para o judaísmo (OREN, 2010).

Assim, no início do conflito armado, aparentemente temos a impressão de que as fontes de água doce não eram objetivos estratégicos de Israel na campanha. Todavia, cabe aqui destacarmos a atuação de uma pessoa: Levi Eshkol. O então Primeiro-Ministro de Israel tinha uma vasta experiência na gestão de recursos hídricos. Anteriormente, Eshkol havia exercido o

<sup>40</sup> Como ataque preemptivo podemos considerar como aquele ataque que o poder militar de um Estado realiza sobre o inimigo antes da ação deste, quando há uma clara evidência de que o inimigo realizará um ataque ou agressão ou, ainda, que já está em curso (GRAY, 2007). O ataque aéreo israelense pode ser caracterizado como preemptivo pois a avaliação do cenário na ocasião oferecia fortes indícios de que uma agressão militar egípcia era iminente. Convém salientar que as discussões atinentes à legalidade da preempção não fazem parte do escopo deste trabalho.

cargo de Ministro da Agricultura e Finanças (OREN, 2010) e, na década de 1950, fora Executivo-Chefe da *Mekorot*, então principal companhia de água israelense, que construíra o NWC (CHELLANEY, 2013). Em virtude de sua pouca experiência em combate, Eshkol optou em permitir que Dayan conduzisse as operações militares, entretanto atuou junto a Yitzhak Rabin, Chefe do Estado-Maior, e também junto ao General David Elazar (1925-1976), Comandante Militar do Comando Norte, para que Israel sustentasse as investidas sírias sobre a frente norte, buscando paulatinamente alcançar o controle das nascentes do Jordão (OREN, 2010).

O inegável sucesso do ataque aéreo israelense sobre o Egito ainda na manhã do dia cinco, ou seja, no início do conflito, foi fundamental para as ações decorrentes, porque o Egito teve seu poder aéreo praticamente eliminado. Com isso, a resistência frente à campanha terrestre israelense foi decididamente comprometida. Com a frente mais preocupante sob controle, Israel pôde alcançar novos objetivos, estendendo sua fronteira sul por toda a Península do Sinai e a fronteira leste até a margem ocidental do rio Jordão, ocupando a Cisjordânia por completo, incluindo Jerusalém.

De fato, podemos constatar que, durante a Guerra dos Seis Dias, as conquistas israelenses não obedeciam a nenhum planejamento no nível político, mas se davam pelas oportunidades identificadas pelas tropas no campo de batalha (OREN, 2010). Os objetivos foram estabelecidos ao longo do combate (BRANCO, 2012) pelo nível operacional e, em algumas ocasiões, pelo tático. Ou seja, as conquistas da Cisjordânia e das Colinas de Golã foram decididas ao longo do embate (MAGNOLI, 2006). Interessante salientar que, embora os líderes israelenses, após o conflito, terem cogitado a devolução desses territórios conquistados em um eventual acordo de paz, isso somente ocorreria mediante algumas condições, dentre elas a cessação de qualquer desvio no escoamento de água das nascentes do Jordão. Tamanha é a

relevância estratégica das Colinas de Golã para Israel que, ainda hoje, a região está sob controle israelense.

Assim, conquanto os recursos hídricos não tenham sido estabelecidos, inicialmente, como objetivos estratégicos, as oportunidades decorrentes do surpreendente avanço das tropas israelenses ofereceram as condições propícias para a conquista do acesso a esses recursos, representados, principalmente, pelas nascentes do rio Jordão. Como exemplo, podemos ainda apontar o rio Banias, que nasce próximo às Colinas de Golã: foi estabelecido como objetivo a ser conquistado tão logo as tropas do Comando Norte iniciaram seu avanço, no dia 9 de junho.

Outrossim, a vitória estratégica de Israel na Guerra dos Seis Dias mudou significativamente a hidropolítica na região do Oriente Médio. Israel passou a deter o controle de todos os lençóis freáticos da Cisjordânia e de todas as nascentes do rio Jordão. Com a captura das Colinas de Golã, Israel não somente impossibilitou a realização de qualquer plano árabe de desvio das águas do Jordão, como aumentou consideravelmente (mais de 40%) suas reservas hídricas e possibilitou, a partir de então, o uso da água como moeda de barganha em negociações com os Estados árabes (CHELLANEY, 2013; GLEICK, 1993).

Em face das evidências apontadas pela pesquisa, podemos considerar que, durante a Guerra dos Seis Dias, os recursos hídricos constituíram objetivos estratégicos estabelecidos durante o desenrolar da campanha, decorrente das oportunidades criadas e identificadas por Israel. A conquista de tais recursos permitiu, ao fim do conflito, uma nova realidade geopolítica caracterizada pela considerável superioridade israelense, em termos de poder derivado da posse dos recursos hídricos fornecidos pela bacia do rio Jordão. Além disso, o acesso aos recursos hídricos foi essencial como elemento catalisador nos anos que antecederam aquele conflito, escalando a crise já formada entre Estados já previamente rivais.

Passemos agora para as considerações finais, que estarão expressas na conclusão deste trabalho.

## 5 CONCLUSÃO

O propósito desta pesquisa foi verificar as particularidades do conflito árabe-israelense com foco nas disputas por recursos hídricos, utilizando um recorte da região que abrange a bacia do rio Jordão, no período compreendido entre 1964 e 1967, com destaque para a Guerra dos Seis Dias, ocorrida em junho de 1967.

Para atingir esse propósito, o trabalho foi estruturado em três capítulos de desenvolvimento. Primeiramente procuramos abordar os conceitos que serviram como ferramenta para o estudo de caso. Verificamos, com a Teoria da Guerra por Recursos, que, em um cenário atual caracterizado pela crescente demanda associada à escassez de recursos naturais, há uma tendência de que os Estados lancem mão da guerra para garantir o acesso a esses recursos. Constatamos também a importância da água como recurso natural imprescindível à humanidade, questões atinentes à escassez hídrica e o papel dos recursos hídricos como catalisador de confrontos entre Estados que possuem contendas prévias. Ainda no primeiro capítulo do desenvolvimento, descrevemos a situação dos recursos hídricos no Oriente Médio, em particular nos Estados alcançados pela bacia do rio Jordão. No capítulo seguinte, estudamos o caso selecionado neste trabalho, qual seja, as interações entre israelenses e árabes no período de 1964 a 1967. Abordamos também os antecedentes históricos, a partir de 1948. Por fim, dedicamos um capítulo para examinar o objeto à luz do conceitual teórico, procurando elementos que nos permitissem responder às perguntas que motivaram a pesquisa.

Propusemo-nos responder a uma questão principal e a duas complementares. A primeira indagação complementar foi a seguinte: como a busca pelo acesso às águas do rio Jordão precipitou a Guerra dos Seis Dias? Os fatos ocorridos desde a criação do Estado de Israel, em 1947, e a Guerra de Independência que ocorreu em sequência, levam-nos a inferir que tanto árabes como israelenses ansiavam por um novo conflito armado que fosse capaz de

solucionar as pendências remanescentes daquela guerra do final da década de 1940. Em que pese as tensões entre os Estados tenham se mantido em nível elevado, somente quando medidas efetivas de controle sobre os recursos hídricos foram tomadas, a partir de 1964, observamos a intensificação rápida da retórica belicista de ambos os lados. As ações decorrentes dessa conjuntura, em seu conjunto, aceleraram a escalada da crise, fazendo com que o conflito, em última análise inevitável, viesse a ocorrer antes do esperado pelos contendores.

Outrossim, permitimo-nos uma segunda questão complementar: os recursos hídricos foram objetivos político-estratégicos estabelecidos por Israel durante a Guerra dos Seis Dias? Identificamos, na análise do conflito armado, com as fontes pesquisadas, que o principal objetivo do nível político israelense era a própria sobrevivência do Estado de Israel. Este objetivo foi traduzido, pelo nível operacional, nas forças militares egípcias, avaliadas pelo Estado-Maior Israelense como a maior ameaça naquele momento. Contudo, a própria dinâmica da guerra e o êxito das ações israelenses criaram oportunidades para o estabelecimento e decorrente conquista de novos objetivos, aí incluídas as regiões detentoras dos valiosos recursos hídricos, como a Cisjordânia e, principalmente, as Colinas de Golã. Ou seja, os recursos hídricos revelaram-se como objetivos político-estratégicos de Israel na Guerra dos Seis Dias, embora, até onde a pesquisa realizada pôde alcançar, não o tenham sido inicialmente.

Com isso, chegamos à questão central deste trabalho, qual seja: como as disputas por recursos hídricos influenciaram o conflito árabe-israelense entre 1964 e 1967? Nesse sentido, pudemos constatar, no período compreendido entre o segundo semestre de 1964 e meados de 1966, que as tentativas dos árabes, em especial dos sírios, em desviar as águas das nascentes do rio Jordão e, conseqüentemente, negar a Israel o acesso a esses recursos, motivaram uma série de incidentes nas ZD entre esses Estados, com bombardeios israelenses sobre as obras de transposição sírias e ataques de organizações guerrilheiras, como a Fatah, sob os auspícios da Síria, aos assentamentos israelenses. Especificamente no tocante aos eventos

que culminaram na Guerra dos Seis Dias, nossa análise nos permite concluir que os recursos hídricos exerceram uma motivação secundária, devido a outros impasses que, pouco antes daquele junho de 1967, contribuíram decisivamente para a eclosão do conflito armado. Destacamos que os últimos acontecimentos diretamente associados aos recursos hídricos ocorreram quase um ano antes, quando em 1966 as tentativas sírias de desvio do Jordão foram definitivamente frustradas pelas ações militares israelenses.

Podemos afirmar, portanto, que o propósito deste trabalho foi alcançado. Ademais, por meio de um desenvolvimento analítico referenciado na Teoria da Guerra por Recursos e nos conceitos atinentes à escassez hídrica, particularmente apontados pelo estrategista Brahma Chellaney, todas as questões apresentadas foram respondidas.

Seria interessante que futuros estudos abordassem as disputas hídricas em outras regiões, em especial onde o aspecto cooperativo se sobressai em relação à tendência conflituosa. Consideramos, de igual modo, pertinente a análise do conflito árabe-israelense à luz da disputa por recursos hídricos em outras molduras temporais, posteriores ao período estudado. Em relação ao objeto, identificamos um aspecto que pode ser pesquisado ainda mais amiúde, qual seja o estabelecimento dos objetivos políticos e dos objetivos operacionais de Israel na Guerra dos Seis Dias, ponto no qual vislumbramos uma oportunidade de maior aprofundamento.

Finalmente, voltamos à reflexão introdutória, na qual sublinhamos o Brasil como o Estado que possui as maiores reservas mundiais de recursos hídricos. Esses recursos possuem o potencial de despertar o interesse de outros Estados, dentro de um cenário de estresse hídrico ou escassez hídrica. Outrossim, a maior bacia hidrográfica do mundo, embora conte com rios transfronteiriços, situa-se em território nacional. Analisar as disputas geopolíticas por recursos hídricos ocorridas em outras regiões do planeta nos serve de alerta para a necessidade de o Brasil manter a gestão e, principalmente, a soberania dos seus recursos hídricos como objetivo nacional permanente.

## REFERÊNCIAS

BARNABY, Wendy. Do Nations Go to War Over Water? *Nature*, Londres, v. 458, p. 282-283, 19 março 2009. Disponível em: <[https://www.academia.edu/10351844/Do\\_nations\\_go\\_to\\_war\\_over\\_water](https://www.academia.edu/10351844/Do_nations_go_to_war_over_water)>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do século XX*. 2. ed. São Paulo: Fundamento, 2010. 307, [2] p.

BRANCO, J. F. C. Faces de uma relação de reflexividade: da consolidação do Estado Israelense à Guerra dos Seis Dias. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 193-211, jan/jun. 2012.

CHELLANEY, Brahma. *Water, peace, and war: confronting the global water crisis*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2013. 400 p.

DAYAN, Moshe. *Moshe Dayan: story of my life*. Nova Iorque: William Morrow and Company Inc., c1976. 640 p.

DEVLIN, John F. *The Bath Party: a History from its origins to 1966*. Stanford: Hoover Institution Press, 1977. 372 p.

GLEICK, Peter H. Water and Conflict: Freshwater Resources and International Security. *International Security*, Cambridge, v. 18, n. 1, p. 79-112, Summer 1993. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2539033?seq=1>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

HADDADIN, Munther J. *Diplomacy on the Jordan: International Conflict and Negotiated Resolution*. Nova Iorque: Springer Science Business Media, 2002. 534 p.

KARSH, Efraim. The Six Day War: An Inevitable Conflict. *Middle East Quarterly*, Filadelfia, v. 24, n. 3, Summer 2017. Disponível em: <<https://www.meforum.org/middle-east-quarterly/pdfs/6690.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

KASYMOV, Shavkat. Disputes Over Water Resources: A History of Conflict and Cooperation in Drainage Basins. *Peace and Conflict Studies*, Davie, v. 18, n. 2, p. 291-319, jan. 2011. Disponível em: <<https://nsuworks.nova.edu/pcs/vol18/iss2/5>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

KLARE, Michael T. *Resource wars: the new landscape of global conflict*. Nova Iorque: Metropolitan/Owl Books, 2001. 289 p.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004. 370 p.

\_\_\_\_\_. *História das Guerras*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. 480 p.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. *Princípios de relações internacionais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 353 p.

OREN, Michael B. *Seis dias de guerra: junho de 1967 e a formação do moderno Oriente Médio*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 530 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2020: água e mudança climática, resumo executivo*. Paris, 2020. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372882\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372882_por)>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PEREIRA JUNIOR, José de Sena. *Recursos hídricos: conceituação, disponibilidade e usos*. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2004. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1625>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

PETRELLA, Riccardo. *O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial*. Petrópolis: Vozes, 2002. 160 p.

PINTO, Maria do Céu. Nacionalismo árabe e pan-arabismo. *Anuário Janus*, Lisboa, p. 84-85, 2015. Disponível em: <<https://www.janusonline.pt/11-anuarios/7-janus-2015>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. *Hidropolítica e segurança: as bacias platina e amazônica em perspectiva comparada*. Brasília: FUNAG, 2012. 412 p.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103 p.

VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas: as representações do século XXI*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2012. 125p.

WOLF, Aaron T. Conflict and cooperation along international waterways. *Water Policy*, Londres, v. 1, n. 2, p. 251-265, abril 1998. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1366701798000191?via%3Dihub>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

WOLF, Aaron T. *et al.* Managing Water Conflict and Cooperation. *State of the World 2005: Redefining Global Security*, Mumbai, cap. 5, p. 92-114, jan. 2005.

## ANEXO A

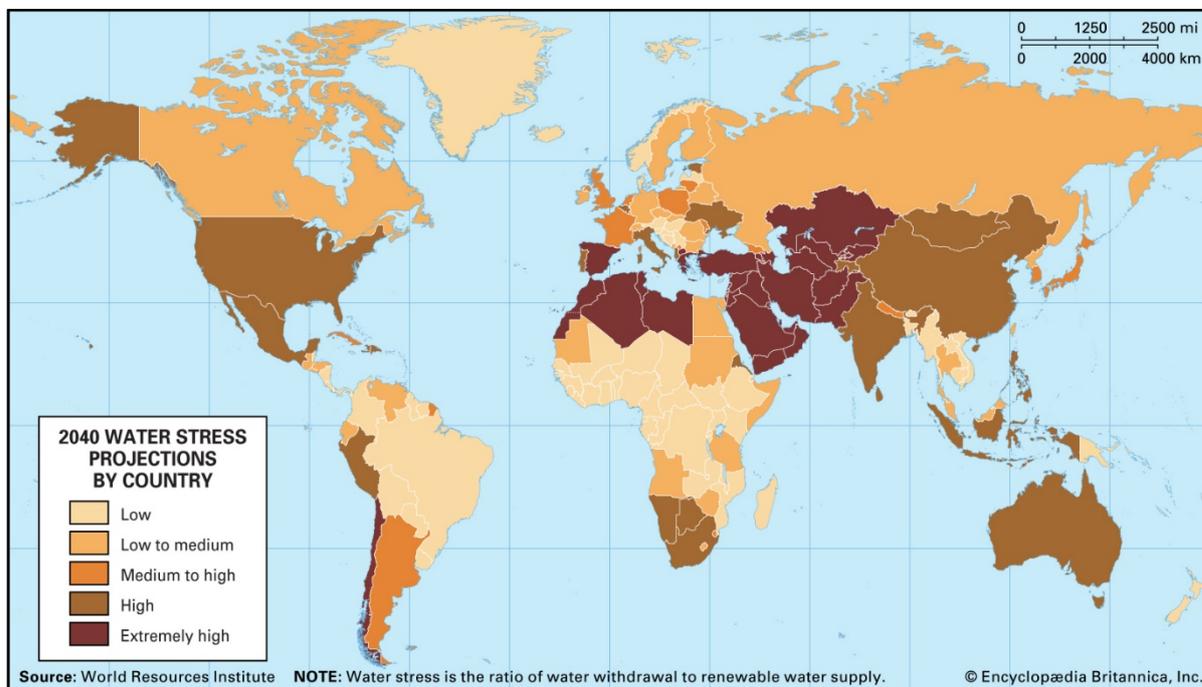


FIGURA 1 – Mapa mundial do estresse hídrico projetado por país para 2040 em face da situação atual.

Fonte: <<https://cdn.britannica.com/47/204547-050-3132059B/World-map-country-water-stress-scenarios-2040.jpg>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

## ANEXO B



FIGURA 2 – Mapa da bacia do rio Jordão.

Fonte: <<https://waterinventory.org/sites/waterinventory.org/files/00-inventory-of-shared-water-resources-in-western-asia-web.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2020. (Houve alteração na ilustração com a redução da parte sul e acréscimo de duas elipses e um quadrado, para explicitar os principais afluentes do rio Jordão e o mar da Galileia, ou lago Tiberíades).

## ANEXO C

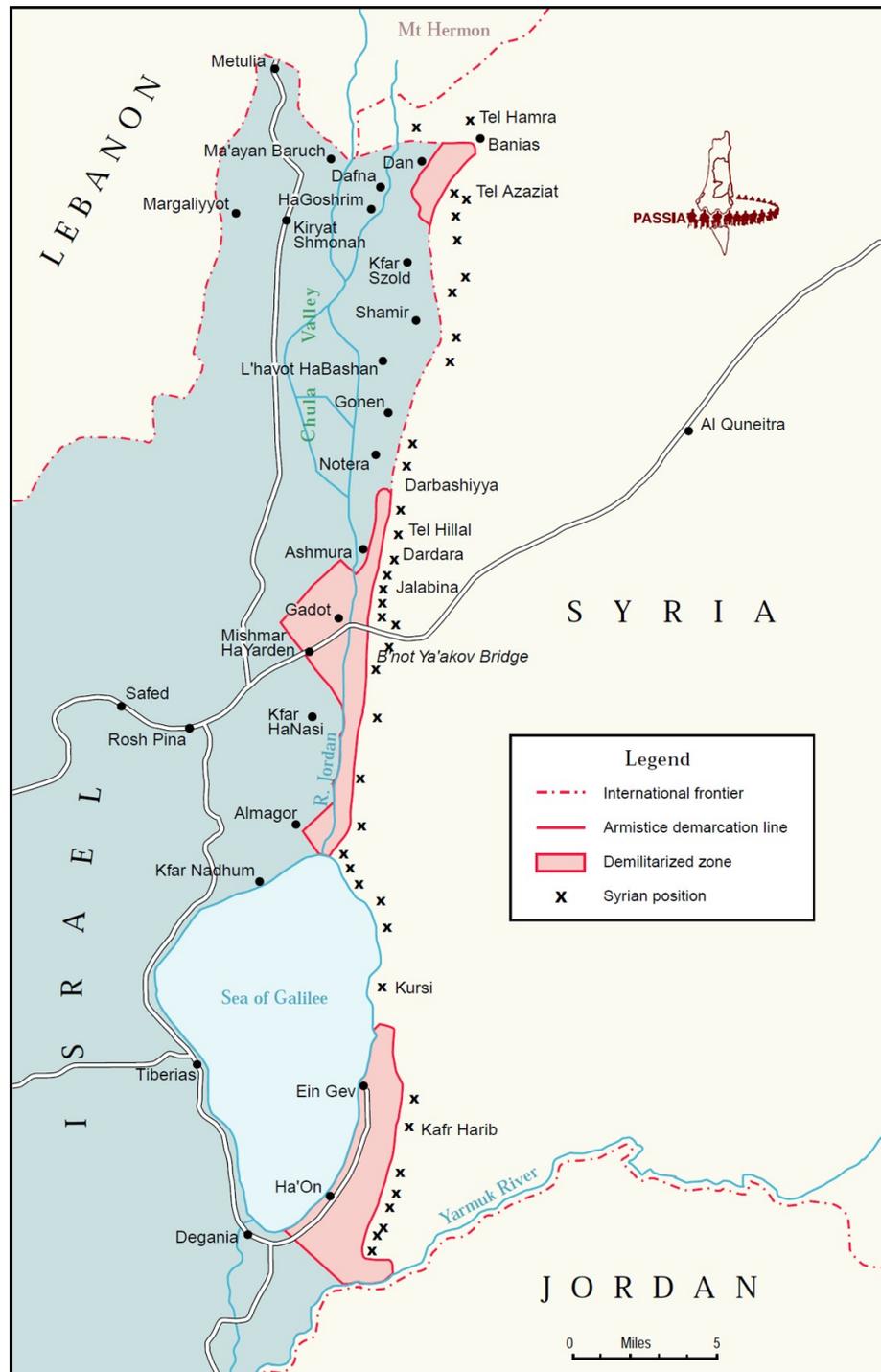


FIGURA 3 – Zonas desmilitarizadas entre Israel e Síria estabelecidas em 1949.

Fonte: <[https://web.archive.org/web/20060215180052/http://www.passia.org/palestine\\_facts/MAPS/newpdf/Israel-Syria-demilitarized.pdf](https://web.archive.org/web/20060215180052/http://www.passia.org/palestine_facts/MAPS/newpdf/Israel-Syria-demilitarized.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2020.

## ANEXO D



FIGURA 4 – Mapa com o *National Water Carrier* (NWC) de Israel.

Fonte: <<http://www-personal.umich.edu/~sarhaus/MapsAndTimelines/Fall2007/Adams/Water%20Carrier.html>>. Acesso em: 06 jul. 2020.





## ANEXO E

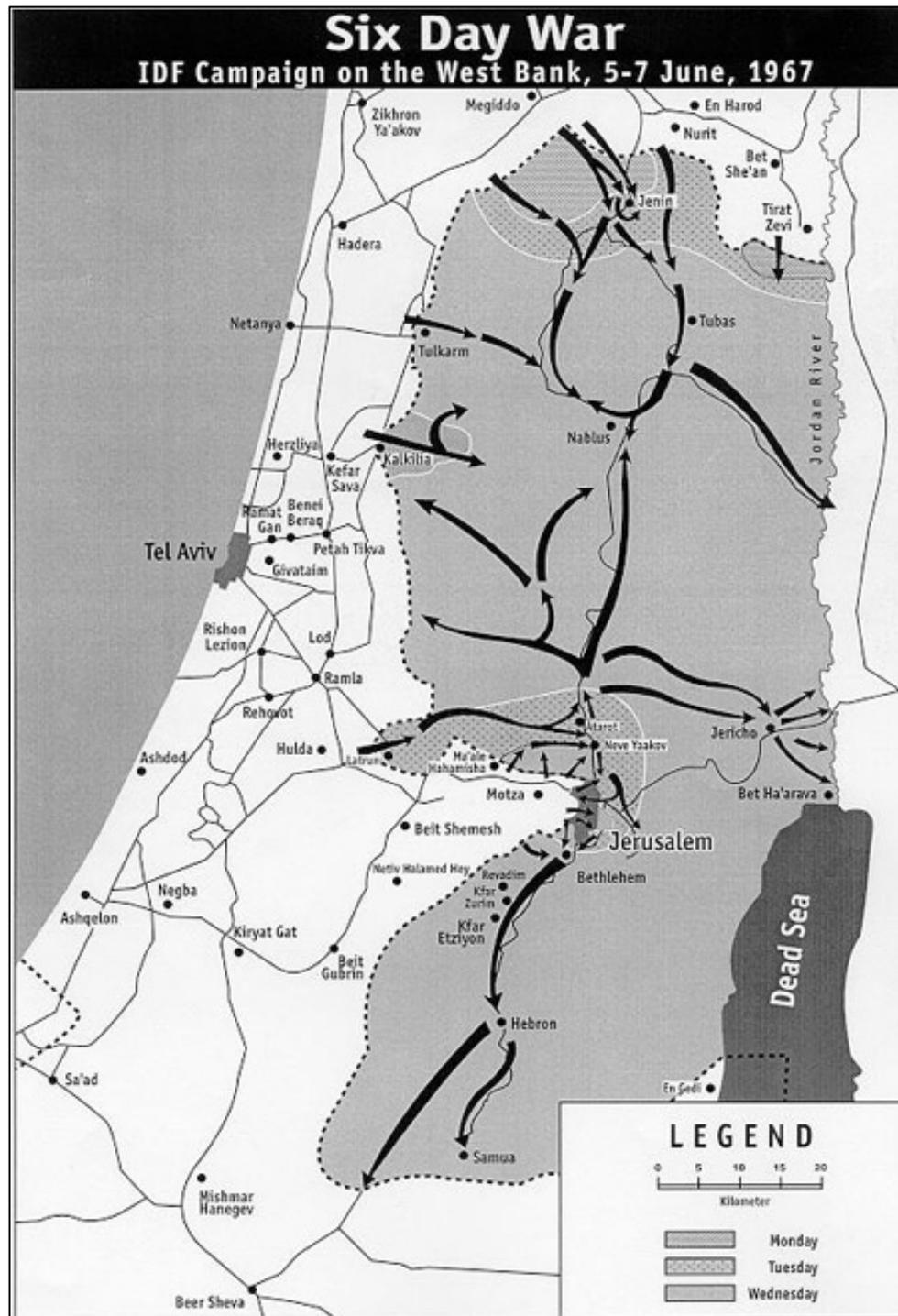


FIGURA 7 – Frente Central (contra a Jordânia).

Fonte: <[https://www.israeli-weapons.com/history/six\\_day\\_war/SixDayWar.html](https://www.israeli-weapons.com/history/six_day_war/SixDayWar.html)>. Acesso em: 07 jul. 2020.

## ANEXO E



FIGURA 8 – Frente Norte (contra a Síria).

Fonte: <[https://www.israeli-weapons.com/history/six\\_day\\_war/SixDayWar.html](https://www.israeli-weapons.com/history/six_day_war/SixDayWar.html)>. Acesso em: 07 jul. 2020.

## ANEXO F



FIGURA 9 – Mapa com as conquistas de Israel ao final da Guerra dos Seis Dias.

Fonte: <<http://historynet.com/wp-content/uploads/image/2009/MHQ/Autumn%202009/Israeli-Six-Day-War-1967-MAP-LG.jpg>>. Acesso em: 07 jul. 2020.